

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 047/2024
Data: 23/05/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
CANAL DE NAVEGAÇÃO DO PORTO DE SANTOS SERÁ PRIVATIZADO; LEILÃO É PREVISTO PARA 2025.....	4
NAVIO PEGANDO FOGO ASSUSTA MORADORES DA PONTA DA PRAIA, EM SANTOS; VÍDEO	6
PORTO DIVERSO, EM SANTOS, ATRAI CENTENAS DE PESSOAS	6
FUNDO DA MARINHA MERCANTE APROVA R\$ 3,44 BILHÕES PARA PROJETOS.....	7
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	8
APÓS INVESTIR R\$ 1,3 BI, CE TEM VIRADA DE CHAVE NA CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	8
AMAFIL INVESTE R\$ 10 MI EM AL PARA AMPLIAR O MERCADO FIT DA MANDIOCA	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	11
PUBLICADA PAUTA DA 565ª REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA	11
DIRETORIA COLEGIADA PERMITE ALTERAÇÃO SOCIETÁRIA DO CONTRATO PROVISÓRIO DO PORTO DE ITAJAÍ (SC).....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	12
MPOR PUBLICA CONTRATO DE ARRENDAMENTO PROVISÓRIO DE ITAJAÍ.....	12
MPOR REALIZA AUDIÊNCIA SOBRE FORTALECIMENTO DA AVIAÇÃO EM PERNAMBUCO.....	12
AEROPORTOS DE FLORIANÓPOLIS E VITÓRIA IMPLANTAM SISTEMA DE ENERGIA RENOVÁVEL PARA AERONAVES EM SOLO....	13
MPOR ESTUDA AMPLIAR VOOS PARA O RIO GRANDE DO SUL	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	16
ÁREA CEDIDA PELO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SERÁ USADA PARA OBRA DE COMBATE À ENCHENTES EM ARARAQUARA (SP).....	16
MINISTRO DOS TRANSPORTES PARTICIPA DE FÓRUM SOBRE INFRAESTRUTURA COM LÍDERES DO SETOR E AUTORIDADES DO EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO	16
PORTAL PORTO GENTE	17
MOVIMENTO ACUMULADO DO PORTO DE SANTOS CRESCE 13,5%	17
PORTO DE SANTOS DO FUTURO TEM PROTAGONISMO DUVIDOSO.....	18
BE NEWS – BRASIL EXPORT	19
EDITORIAL – AVIAÇÃO REGIONAL, UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO	19
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	20
<i>Ministério adia apresentação do Voa Brasil</i>	<i>20</i>
<i>Danos na rede elétrica do RS chegam a R\$ 1 bi, diz ministro.....</i>	<i>20</i>
NACIONAL - MINISTRO DEFENDE ATENÇÃO À AVIAÇÃO REGIONAL PARA IMPULSIONAR SETOR AÉREO	21
REGIÃO SUDESTE - PARA PRESIDENTE DA MSC, É PRECISO INVESTIR EM INFRAESTRUTURA NOS PORTOS	22
REGIÃO SUDESTE - COM 57 MI DE TONELADAS, PORTO DE SANTOS TEM ALTA DE 13,5% EM 2024	24
REGIÃO SUDESTE/SUL - APS INICIA OPERAÇÃO PARA ENVIAR DONATIVOS AO RIO GRANDE DO SUL	25
NACIONAL - SETOR SOLIDÁRIO.....	26
REGIÃO SUL - ANTAQ DÁ AVAL PARA SEARA ASSUMIR O PORTO DE ITAJAÍ	26
REGIÃO NORDESTE - EMPRESA DE PE APRESENTA MENOR PREÇO PARA CONSTRUIR 1º TRECHO DA TRANSNORDESTINA..	27
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	28
MOVIMENTO ACUMULADO DO PORTO DE SANTOS CRESCE 13,5% E ATINGE 57 MILHÕES ATÉ ABRIL	28
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	30
MAGDA CHAMBRIARD É APROVADA POR COMITÊ DA PETROBRAS	30
CADE OFICIALIZA FIM DA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS	31
MME MARCA LEILÕES A-4 E A-6 PARA DEZEMBRO	32
STATKRAFT TRANSFORMA PARQUE EÓLICO EM HÍBRIDO COM BATERIAS E MIRA LEILÃO DE POTÊNCIA	34
TOP FIVE DE FONTES RENOVÁVEIS, BRASIL OFERECE OPORTUNIDADES PARA M&A	35
JORNAL O GLOBO – RJ.....	36
GOVERNO DE SP VAI APRESENTAR PROJETOS DE TRENS DA CAPITAL ATÉ SANTOS E SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	36
PETROBRAS: A MANOBRA QUE GARANTIU UM BÔNUS POLPUDO A PRATES MESMO APÓS DEIXAR A EMPRESA	37
GOVERNO FARÁ 20 EXIGÊNCIAS PARA RENOVAR CONCESSÕES DE DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA, COMO QUALIDADE POR BAIRRO.....	38
LULA DIZ QUE TENDÊNCIA É VETAR FIM DE ISENÇÃO PARA COMPRAS DE ATÉ US\$ 50 E CHAMA PRODUTOS DE 'BUGIGANGAS'.....	39
CÂMARA INSTALA GRUPO QUE IRÁ ELABORAR RELATÓRIO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA.....	41
NAVIO CHEGOU AO TELHADO DO ESCRITÓRIO DE UM ESTALEIRO EM TAQUARI (RS), A 20 METROS ACIMA DO NÍVEL DO RIO ..	41



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	42
ARCABOUÇO FISCAL PERDE CREDIBILIDADE E ESTÁ PERTO DE ‘TIRO DE MISERICÓRDIA’, DIZEM ANALISTAS	42
OPINIÃO - TARCÍSIO FAZ CONTRAPONTO A LULA COM PROPOSTA DE CORTAR GASTOS EM SP E TERÁ MAIOR DESAFIO DA GESTÃO	45
OPINIÃO - CADE FICA A SERVIÇO DO GOVERNO NA PETROBRAS E DEIXA DEFESA DA CONCORRÊNCIA DE LADO	46
MAGDA JÁ SE REÚNE NA PETROBRAS PARA AVALIAR CENÁRIO, ÀS VÉSPERAS DE ASSUMIR PRESIDÊNCIA	47
VALOR ECONÔMICO (SP)	48
ANTAQ AUTORIZA GRUPO JBS A ASSUMIR CONTROLE DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA NO PORTO DE ITAJAÍ.....	48
ANAC FECHA AEROPORTO SALGADO FILHO, EM PORTO ALEGRE, POR TEMPO INDETERMINADO.....	49
RECONSTRUÇÃO DO RS PREVÊ CONCESSÃO DE ESCOLA E RODOVIA	50
AGÊNCIA BRASIL - DF	51
PREFEITURAS PEDEM APOIO DO GOVERNO FEDERAL PARA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA	51
PORTAL PORTOS E NAVIOS	52
CENÁRIO HÍDRICO ADOTADO PELO MPOR REFORÇA NECESSIDADE DE DRAGAGENS EM TRECHOS CRÍTICOS	52
APÓS ‘FOCO TOTAL’ NO RS, SECRETARIA DE HIDROVIAS RETOMARÁ CONCESSÕES.....	53
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	54
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	54



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CANAL DE NAVEGAÇÃO DO PORTO DE SANTOS SERÁ PRIVATIZADO; LEILÃO É PREVISTO PARA 2025

Autoridades realizaram primeira reunião sobre o tema

Por: *Bárbara Farias*



Aprofundamento do canal permitirá a vinda de navios cada vez maiores ao Porto de Santos, ampliando a capacidade de escoamento de cargas
Foto: *Alexsander Ferraz/AT*

O canal de navegação do Porto de Santos deverá ir a leilão em 2025. A reunião preliminar para tratar da modelagem jurídica de concessão, valor do investimento e custos ocorreu na tarde desta quarta-feira (22), na sede da Autoridade Portuária de Santos (APS). Estuda-se uma modelagem de parceria público-privada (PPP) e contrato de 25 anos para gestão e exploração, que inclui ainda a dragagem de aprofundamento e manutenção para 17 metros. Em março, a APS anunciou R\$ 6,5 bilhões para esse serviço.

“A orientação do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, é dar prioridade ao preparo do edital para disponibilizar isso ao mercado no menor prazo possível. A nossa agenda é fazer esse leilão em 2025”, afirmou o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Sandro de Ávila, durante agenda em Santos. Sobre a dragagem de aprofundamento do canal, Ávila afirmou que ela será dividida em dois momentos. “A dragagem até 16 metros, que será executada pela APS até o final deste ano, e a manutenção até 2026. Já a obrigação de passar de 16 para 17 metros será do concessionário. Em 2026, a gente deve estar assinando esse contrato”.

O presidente da APS, Anderson Pomini, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, e um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também participaram da reunião.

“É o kick off (primeira reunião) do estudo de concessão do canal do Porto de Santos junto com o BNDES. A gente já tem como parâmetro o modelo desenvolvido para o canal do Porto de Paranaguá, que é o primeiro e está num estágio mais avançado. O BNDES vai nos trazer a melhor modelagem jurídica, o valor do investimento e os custos, que nos permitirão tomar decisões e avançar”, diz Alex Ávila.

Pomini comentou que a ideia é fazer uma linha do tempo com as ações. “O BNDES esteve conosco, pois, em princípio, ficou responsável pela modelagem jurídica e econômica. Estamos atentos para o que poderá acontecer no modelo de concessão de canal que foi construído para Paranaguá, um grande laboratório para nós”.

O presidente da APS ressalta que a entrega do serviço por 25 anos não pode ter erros. “Buscamos eficiência, bem como o aprofundamento e a implementação de serviços de tecnologia para que o Porto de Santos se apresente ainda mais competitivo, estando apto a receber navios de 366 metros de comprimento todos os dias e em qualquer horário. Hoje, nós recebemos, mas dependemos da sorte da maré”, lembra.

Eduardo Nery, explicou que a agência conduz o processo licitatório. “Os estudos são elaborados pela APS em conjunto com o Ministério (de Portos). A Antaq aprova esses estudos e conduz todo o processo licitatório, principalmente, sob a ótica da regulação tarifária”.



Nery exemplificou: “Cabe à Antaq regular a tarifa que será cobrada para a utilização do acesso aquaviário e fiscalizar o contrato de concessão conforme os indicadores de desempenho estabelecidos no contrato em relação à profundidade do canal e até descontos em tarifas caso o desempenho não seja atingido, para que o nível de serviço seja alcançado”.

Setor cobra profundidade

O aumento da profundidade do canal de acesso do Porto de Santos para atender à demanda de exportação por navios de contêineres norteou o debate entre o setor privado e o poder público no painel sobre infraestrutura, ontem à tarde, no 24º Seminário Internacional do Café, em Santos.

O diretor-presidente da MSC no Brasil e presidente do Conselho Diretor do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), Elber Justo, disse que o Brasil está muito atrasado.

“Os navios que foram lançados no mundo há 12 anos não conseguem operar no Brasil, o que mostra a nossa deficiência. Mas, mesmo as gerações anteriores de navios, com capacidade para 10 mil TEU (unidade padrão de um contêiner de 20 pés), 11 mil TEU e 14 mil TEU, não operam com capacidade total em Santos. Isso onera a operação e limita o carregamento de carga”.

Justo comentou ainda que o momento foi oportuno para dar esclarecimentos aos embarcadores de café. “O grande mérito desse momento foi apresentar para a carga, para os exportadores de café, essa nossa necessidade. Existe muito ruído sobre quais são as causas dos problemas de atraso de entrega de carga, mas o grande problema é a falta de infraestrutura para podermos trazer mais navios e maiores”.

O gerente administrativo de exportação da Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), Ronald Moraes, apresentou um histórico dos últimos 10 anos das exportações de café via Porto de Santos. “A exportação se manteve linear até 2022, entre 79% e 80%. Em 2023, foram 71%, ou seja, já caiu 10%, e nós vimos outros portos crescendo como os fluminenses Rio de Janeiro e Itaguaí. Deixo uma pergunta: Quanto mais o Porto de Santos vai perder devido a esse cenário?”.

O presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), Mauro Sammarco, chamou atenção para a necessidade de arrendamento de um terminal de contêineres, do porte do STS10, por exemplo, o qual o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) ainda não definiu se a concessão será para uma área no bairro Saboó ou na Ilha de Bagres.

“A gente buscava a oportunidade de unificar aquela área, no Saboó, para ter um empreendimento que conseguisse atender de forma eficiente a demanda toda que nós temos”.

Sobre o STS 10, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Sandro de Ávila, disse que a localidade ainda está sendo estudada pela pasta e não há uma data prevista para o leilão. “O terminal de contêineres, em Santos, provavelmente, entre no bloco de 2025 ou 2026, conforme a gente concluir os estudos”.

Em relação ao debate, Ávila salientou que foi muito relevante porque mostrou a visão de todos os setores, “para vermos quais são as necessidades de ampliação do setor portuário para fazer frente à demanda futura que, com certeza, será sempre crescente, em especial no agronegócio”.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, destacou que o painel permitiu reunir toda a comunidade portuária para “aprimorarmos a boa logística”.

Pomini complementou que gargalos foram identificados, então há necessidade de envolver os armadores, produtores, transportadores. “Toda a cadeia logística, para que nós tenhamos mais agilidade e possamos reduzir o custo da operação”.

O presidente da APS ponderou ainda que “o Porto de Santos é absolutamente competitivo, concorre com qualquer bom equipamento de logística do mundo, mas pode muito mais”.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, disse que a Antaq produz normas para regular e fiscalizar o setor aquaviário, “no sentido de trazer competitividade e melhor nível de serviço prestado pelas autoridades portuárias, operadores portuários e empresas de navegação”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/05/2024

NAVIO PEGANDO FOGO ASSUSTA MORADORES DA PONTA DA PRAIA, EM SANTOS; VÍDEO

Cargueiro na entrada do canal do Porto de Santos passava por simulado do Corpo de Bombeiros

Por: Daniel Rodrigues



Bombeiros fizeram simulado em navio atracado no Porto de Santos durante a noite desta quarta-feira (22) Foto: Reprodução

O navio cargueiro Srakane, de bandeira panamenha, que aparentava estar pegando fogo, assustou moradores da Ponta da Praia, em Santos, na noite desta quarta-feira (22). Várias pessoas entraram em contato com a Reportagem de A Tribuna. Segundo o Corpo de Bombeiros, o suposto incêndio não passava de um simulado, ou seja, um treinamento da corporação.

(veja vídeo mais abaixo) <https://twitter.com/i/status/1793596778417422649>

Cargueiro na entrada do canal do Porto de Santos passava por simulado do Corpo de Bombeiros



Ainda, de acordo com os bombeiros, esse simulado serviu para treinar os agentes em combates a incêndios em embarcações.

Segundo a Autoridade Portuária de Santos (APS), o navio é abandonado, de responsabilidade da Marinha do Brasil, e o simulado praticado pelo Corpo de Bombeiros não causou qualquer alteração ou reflexo nas operações do Porto de Santos. O exercício aconteceu no navio cargueiro de origem panamenha, de nome Skrakane, que está atracado na entrada do canal do Porto de Santos, no lado de Guarujá, há mais de três anos, conforme apurado por A Tribuna. Dívida Em maio de 2021, essa embarcação tinha uma dívida por conta dos salários atrasados dos tripulantes, que superava a marca de US\$ 111 mil, o equivalente a R\$ 602 mil, na cotação da época. Desde então, o Srakane permaneceu atracado na entrada do Porto de Santos, no lado de Guarujá.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/05/2024

PORTO DIVERSO, EM SANTOS, ATRAI CENTENAS DE PESSOAS

Palestras e debates sobre diversidade ocorreram no terminal marítimo

Por: ATribuna.com.br



Evento faz parte da 2ª Semana de Diversidade da Autoridade Portuária de Santos Foto: Vanessa Rodrigues/ AT

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e parceiros realizaram nesta terça-feira (21), no Dia Mundial da Diversidade, o evento Porto Diverso – Transformando ambientes e pessoas. O encontro reuniu aproximadamente 300 pessoas no Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, em Santos, e foi transmitido pela Internet.

O Porto Diverso fez parte da 2ª Semana da Diversidade da APS. O evento trouxe uma série de debates sobre equidade e inclusão, não somente em relação ao ambiente portuário, mas em toda a sociedade. “Esta é uma pauta não do Porto de Santos, mas de todos os brasileiros”, diz o gerente de carreiras da APS, Bruno Pelochs Barbino.

Empresas

O evento é foi iniciativa do grupo RH Porto Baixada, que reúne profissionais de Recursos Humanos das empresas portuárias de Santos, que se encontram periodicamente para discutir boas práticas no gerenciamento de pessoas.

A abertura do Porto Diverso foi feita pela diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Flávia Takafashi, que pontuou sobre a importância do tema no setor marítimo.

Durante todo o dia, palestras e atividades envolvendo as pessoas presentes abordaram o assunto de diferentes formas.

Por fim, entidades participantes assinaram a Carta compromisso do Porto Diverso com a diversidade, equidade e inclusão. Além da APS, firmaram o documento a Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep) e diversas empresas presentes.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/05/2024

FUNDO DA MARINHA MERCANTE APROVA R\$ 3,44 BILHÕES PARA PROJETOS

Nenhum projeto com recursos do fundo está previsto para o Porto de Santos, o maior do Brasil

Por: A Tribuna.com.br



Os projetos são para os estados do Rio de Janeiro (8), São Paulo (5), Bahia (2), Maranhão (1), Santa Catarina (2), Amazonas (2), Pará (1) e um para Vienna, na Áustria Foto: Carlos Nogueira/ Arquivo/ AT

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) aprovou apoio financeiro de R\$ 3,44 bilhões para 21 projetos de infraestrutura naval e portuária. As empresas interessadas poderão contratar financiamentos junto aos bancos credenciados.

Contudo, o MPor tem uma lista com 22 projetos que demandam um total de R\$ 5,6 bilhões em investimentos. São propostas como modernização de estaleiro, construção de balsas petroleiras, reparos em balsas, empurradores, rebocadores, barcaças graneleiras, docagens, terminal multipropósito e terminal de uso privado (TUP). Os projetos são para os estados do Rio de Janeiro (8), São Paulo (5), Bahia (2), Maranhão (1), Santa Catarina (2), Amazonas (2), Pará (1) e um para Vienna, na Áustria. Nenhum está previsto para o Porto de Santos.

“Foram contempladas iniciativas voltadas à ampliação, modernização e alteração de estaleiros, bem como a prorrogação de prazos para projetos de construção de embarcações”, afirmou o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação e presidente do CDFMM, Dino Antunes Dias Batista.

O FMM

O Fundo da Marinha Mercante, administrado pelo MPor por meio do CDFMM, pode cobrir até 90% do valor dos projetos, que pode ser financiado com juros mais baixos de acordo com o percentual de itens nacionais, tipo de embarcação ou se for de empresa brasileira. O prazo de contratação é de 450 para projetos novos e 180 dias para prorrogações de prazos em projetos anteriormente priorizados.

O diretor de Relações Institucionais da AGL Cargo e especialista em Comércio Exterior, Jackson Campos, avalia que esse tipo de financiamento movimentará o setor. “Desde empresas de petróleo

que se beneficiam com a construção de plataformas flutuantes, por exemplo, até os trabalhadores diretos e indiretos que atuam nas obras de construção, modernização, docagem, conversão e reparo de embarcações. O montante é disponibilizado pelo FMM de maneira reembolsável por meio dos bancos credenciados na modalidade de empréstimos”.

Campos explicou que o convênio entre o ministério e os agentes financeiros deve detalhar os procedimentos para liberar recursos do FMM. “O beneficiário tem 120 dias para solicitar o financiamento após a publicação da resolução e deve informar o Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura (Defom) em até 15 dias úteis. Após a contratação, o agente financeiro deve apresentar ao Defom uma cópia do contrato, o cronograma físico-financeiro e o Quadro de Usos e Fontes atualizado para cada obra.

O contrato de crédito deve prever uma conta bancária exclusiva para cada embarcação, estaleiro ou infraestrutura a ser construída, para movimentação de todos os valores do projeto; subcréditos para cada obra do projeto, separados por itens nacionais e importados; vencimento antecipado da dívida se o início da obra não cumprir o prazo estabelecido; e liberação de recursos diretamente para a empresa brasileira executora do projeto, se o beneficiário for estrangeiro.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 23/05/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

APÓS INVESTIR R\$ 1,3 BI, CE TEM VIRADA DE CHAVE NA CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

Estado, que já teve oito de cada dez estradas avaliadas como ruins ou péssimas, hoje tem 81% com conceito bom

Por Luiz Filipe Freire



CE-155 é uma das estradas que passam por obras estratégicas para a economia do estado. Foto: Governo do Ceará/Divulgação

Com 72% da malha viária pavimentada e a melhor avaliação histórica nesse segmento, o Ceará comemora os resultados de R\$ 1,37 bilhão em investimentos em infraestrutura nos últimos cinco anos. O balanço, divulgado na quarta-feira (22), é um alento para um estado que, em 2015, tinha oito de cada dez rodovias classificadas como ruins ou péssimas em levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Além dos aportes feitos nesse setor, que priorizam corredores importantes para as atividades produtivas, uma reestruturação administrativa está entre os fatores apontados pelo Governo do Ceará para a virada de chave na conservação e na implantação de estradas.

Em 2019, o Poder Executivo fundiu o Departamento Estadual de Rodovias (DER) e o Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE), que deram origem à Superintendência de Obras Públicas (SOP). O órgão ficou responsável pela construção e revitalização de escolas, centros de educação infantil, arenas de esportes, hospitais, delegacias e outros equipamentos públicos executados por programas de investimentos do Governo do Estado em contratos próprios ou em parcerias com prefeituras e com o Governo Federal. Segundo a gestão, o modelo de atuação do SOP tem sido “replicado em diferentes partes do país”.

Mas é na implantação, pavimentação, duplicação e manutenção das rodovias estaduais que estão os resultados mais vultosos da superintendência. Por meio do programa Ceará de Ponta a Ponta, foram

entregues 1.365 quilômetros de estradas asfaltadas entre maio de 2019 e maio deste ano, o que incluiu obras de pavimentação, restauração e duplicação. “Hoje, o Ceará possui uma das malhas viárias pavimentadas com maior capilaridade entre os estados brasileiros, com 9.117 quilômetros asfaltados de uma extensão total de 12.663 quilômetros”, afirmou o Governo do Ceará, em trecho do balanço divulgado.



Etapa final do Anel Viário de Fortaleza está em processo de licitação.
Foto: Governo do Ceará/Divulgação

Obras priorizam ligação entre portos e polos econômicos

As intervenções têm priorizado rodovias importantes para a economia local. A CE-155, por exemplo, em fase final de duplicação, é fundamental para beneficiar o escoamento das produções que acessam o corredor logístico do Porto do Pecém e do Porto do Mucuripe, por meio da ligação com a BR-222. Atualmente, 343 quilômetros de rodovias têm obras

em andamento, totalizando R\$ 612 milhões em investimentos. O estado prevê, ainda, aplicar R\$ 800 milhões em novas intervenções nos próximos meses.

Outra obra paradigmática é a ampliação do Anel Viário de Fortaleza, que tem sua etapa final em processo de licitação. O projeto vai viabilizar a ligação entre os portos do Pecém e do Mucuripe, além de englobar a construção das alças de intersecção com a CE-060, próximo à Central de Abastecimento do Ceará (Ceasa), e com a CE-065. Também compõem o pacote de serviços a pavimentação dos acessos ao Conjunto Nova Metrópole, em Caucaia, e a implantação de nove retornos ao longo de todo o trecho, além de obras de drenagem. As intervenções são resultado de um convênio do Ministério das Cidades com a SOP.

Estradas do Ceará aparecem bem em levantamentos

A melhora do estado do pavimento nas rodovias cearenses se confirma em números. Segundo o Levantamento Visual Contínuo (LVC) 2023, 95,24% da malha viária cearense apresenta qualidade boa ou regular. Entre os 9.117 quilômetros de estradas pavimentadas, 81,72% tiveram conceito bom, e 13,52% foram avaliadas como regulares. Outros 4,76% estão com conceito ruim ou péssimo, o que, de acordo com o balanço do Governo do Estado, “é o menor percentual dos últimos 20 anos”.

A edição de 2023 do estudo estadual foi realizada após o período chuvoso, no mês de agosto. Mas na edição do ano passado da pesquisa da CNT, que é nacional, o Ceará também obteve um bom resultado, não aparecendo na lista dos estados que têm as dez piores estradas do Brasil. Situação diferente, por exemplo, do levantamento de 2019, que trouxe o Ceará, o Maranhão e o Rio Grande do Sul como estados que concentravam quase 50% de todos os pontos críticos da malha viária brasileira.

Fonte: Mercoshipping Marítima Ltda

Data: 23/05/2024

AMAFIL INVESTE R\$ 10 MI EM AL PARA AMPLIAR O MERCADO FIT DA MANDIOCA

Empresa paranaense vai aumentar unidade de Teotonio Vilela que transforma mandioca em fécula, farinha e massa de tapioca, inclusive para exportação

Por Vanessa Siqueira



Situada em Teotonio Vilela (AL), empresa é responsável por exportar produtos à base de mandioca de Alagoas. Foto: Amafil

A produção de mandioca tem ganhado relevância e contribuído para que Alagoas diversifique sua produção agrícola e consiga exportar sua produção para diversos países. A empresa paranaense Amafil, responsável por exportar derivados da mandioca alagoana, vai investir



mais R\$ 10 milhões na ampliação de sua unidade, no município de Teotônio Vilela.

Com investimento inicial de R\$ 26 milhões, a unidade iniciou sua operação no estado em 2021 e atualmente processa diariamente 300 toneladas de raízes de mandioca.

De acordo com o gerente de exportação da Amafil, Eliel Fonseca da Silva, a mandioca usada na produção de fécula e de farinha, além de massa de tapioca, é toda oriunda de produtores locais.

“Nós acreditamos que podemos transformar a realidade social onde instalamos nossas indústrias, agregando valor à mandioca, uma raiz genuinamente brasileira. Em Alagoas, geramos mais de mil empregos, entre diretos e indiretos, contribuindo também para fortalecer mais famílias alagoanas”, disse.

Além do mercado regional, atualmente a produção alagoana é exportada para países da América do Sul. Eliel disse ainda que a unidade já está em expansão e a projeção é investir mais R\$ 10 milhões para construir uma fábrica de farinha e um centro de distribuição, todos localizados na cidade de Teotônio Vilela.

Segundo o pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Antônio Santiago, a cultura da mandioca deu um salto de produção nos últimos anos em Alagoas. Parte desse aumento da produção se deu com a instalação da Amafil e que hoje é responsável pela exportação de derivados produzidos em Alagoas para outros países.

Outro ponto destacado pelo pesquisador é a alternância de culturas em alguns municípios. “Em Arapiraca e toda aquela região, por exemplo, havia predominância de fumo e cana-de-açúcar. Nos últimos dez anos, o cultivo da mandioca aumentou sua área plantada em São Sebastião, Junqueiro e Teotônio Vilela e hoje temos uma área plantada de cerca de 41 mil hectares. Com a abertura de indústrias nessa região e em Maceió, que produzem tapioca e outros produtos focados no mercado fit, temos uma produção bem significativa e importante para a diversificação da produção agrícola em Alagoas”, explicou.

Mandioca ganha relevância na balança comercial

Segundo dados do Centro Internacional de Negócios (CIN), da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), entre os meses de janeiro e fevereiro deste ano, a fécula de mandioca foi responsável por 0,8% do total exportado pelo estado, o que corresponde a US\$ 65.324. O percentual pode parecer pequeno, mas é relevante, pois demonstra que outros produtos além da cana-de-açúcar ganham espaço no mercado internacional, mostrando a qualidade do que é produzido no estado e contribuindo para fortalecer a diversificação agrícola e industrial.

Num ranking regional, Alagoas ficou em quinto lugar entre os estados nordestinos em fevereiro e no boletim de abril aparece em sétimo lugar. No mês de abril, as exportações alagoanas somaram US\$ 63,1 milhões.

Para a gerente do Centro Internacional de Negócios da FIEA, Dielze Mello, as tendências de consumo nas indústrias de alimentos e bebidas estão apresentando oportunidades cada vez maiores no mercado internacional.

Os produtos sustentáveis e a busca por fontes de proteínas à base de plantas, produtos veganos e produtos funcionais ganham destaque e promovem uma abordagem mais consciente relacionada às escolhas alimentares, bem como o interesse crescente na relação entre alimentação e saúde impulsiona a demanda por produtos que oferecem benefícios à saúde individual.

Dielze explica que os consumidores buscam opções que vão além do sabor, priorizando alimentos processados de maneira mais saudável e que sejam funcionais, a exemplo do setor orgânico, que apesar dos desafios logísticos e de produção, experimenta um crescimento notável. A União Europeia, Estados Unidos e China lideram esse movimento, evidenciando uma mudança na percepção de que a qualidade dos alimentos está diretamente ligada à saúde e ao bem-estar geral.

“Pensando nisso, temos orientado as empresas que estão na esteira de internacionalização e atendidas pela Federação das Indústrias de Alagoas/CIN, das oportunidades existentes nestes mercados, criando ações preparatórias e de promoção comercial, a exemplo da última ação que fizemos concentrada no setor de Health e Food que trouxemos compradores interessados especificamente neste setor. A fécula de mandioca é um destes produtos que tem ganhado destaque internacional, por suas propriedades nutritivas que se encaixam bem nesse mercado global, não esquecendo do ‘Mercado da Saudade’ que foi criado por brasileiros que moram fora do Brasil e este novo nicho é mais uma oportunidade de vendas”, disse.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 23/05/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS PUBLICADA PAUTA DA 565ª REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA

Reunião iniciará na próxima segunda-feira (27) será virtual e terá a duração de 48h

Brasília 23/05/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realiza a sua 565ª Reunião Ordinária de Diretoria (ROD), que será virtual via SEI, no período das 14h de 27 de maio até às 17h do dia 29 de maio.

Nesta modalidade cada diretor se manifestará de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no Calendário de Reuniões.

Confira a pauta da 565ª Reunião Ordinária de Diretoria.

<https://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/Pauta565ROD.pdf>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 23/05/2024

DIRETORIA COLEGIADA PERMITE ALTERAÇÃO SOCIETÁRIA DO CONTRATO PROVISÓRIO DO PORTO DE ITAJAÍ (SC)

Seara, do grupo JBS, passa a assumir o controle da empresa Mada Araújo Asset & Port Management Ltda. com 70% das cotas societárias



Foto: Porto de Itajaí (SC) - IStock

Brasília, 22/05/2024 - Na última terça-feira (21), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou, em decisão ad referendum, a alteração societária do contrato provisório de operação do Porto de Itajaí (SC).

Com a decisão da Diretoria Colegiada, que acompanhou parecer técnico da área de regulação da Agência, a empresa Seara passa a assumir o controle da titular do contrato, Mada Araújo Asset & Port Management Ltda., com 70% das cotas societárias.

O pleito havia sido encaminhado para análise e manifestação da ANTAQ pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) na terça-feira, 14 de maio.

De acordo com a deliberação, a transferência do controle societário deverá ser concluída em até 180 dias, a contar da data de terça-feira (21).

Contrato de arrendamento transitório

O contrato de arrendamento transitório do porto foi celebrado em dezembro de 2023, tendo por objeto o arrendamento, por 24 meses, de áreas e instalações portuárias, localizadas no Porto de Itajaí, destinadas à movimentação e armazenagem de carga containerizada e carga geral.

O objetivo do contrato foi restabelecer as operações do porto de forma célere até que seja concluído o processo de concessão da infraestrutura do porto, que já teve início com a realização de [audiência pública](https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2024/antag-realiza-audiencia-publica-sobre-a-licitacao-definitiva-de-area-no-porto-de-itajai-sc). <https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2024/antag-realiza-audiencia-publica-sobre-a-licitacao-definitiva-de-area-no-porto-de-itajai-sc>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 23/05/2024



Presidência da República

Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MPOR PUBLICA CONTRATO DE ARRENDAMENTO PROVISÓRIO DE ITAJAÍ

Medida visa retomar as operações do porto e gerar emprego e renda para a população



Cargas containerizadas no Porto de Itajaí - Foto: Porto de Itajaí

O porto de Itajaí, de fundamental importância para o comércio exterior catarinense, terá um arrendamento provisório de dois anos. O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) encaminhou para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) o pedido de alteração do Contrato de Arrendamento Provisório de Itajaí, permitindo a participação da Empresa Seara (Grupo JBS) no processo.

A Secretaria Nacional de Portos do MPor manifestou-se favorável à proposta e encaminhou o pedido para análise da Antaq, que aprovou a operação na terça-feira (21). A transferência do controle societário deverá ser concluída em até 180 dias.

O objetivo do contrato é restabelecer as operações do porto de forma célere até que seja concluído o processo de concessão da infraestrutura do porto, que já se iniciou com a realização de audiência pública.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a medida busca reativar a movimentação do porto até que o leilão de concessão seja concluído. “Sob orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estamos empenhados em retomar a movimentação deste porto tão importante para a região, gerando emprego e renda para a população”, afirmou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 22/05/2024

MPOR REALIZA AUDIÊNCIA SOBRE FORTALECIMENTO DA AVIAÇÃO EM PERNAMBUCO

Silvio Costa Filho e João Campos debateram sobre melhorias no aeroporto do Recife



Silvio Costa Filho e João Campos durante audiência no MPor - Foto: Eduardo Oliveira

O Ministério de Portos e Aeroportos realizou nesta quarta-feira (22) uma audiência com o prefeito do Recife, João Campos, para debater sobre o fortalecimento da malha aérea na capital de Pernambuco, um dos principais destinos do país.

Importante destacar que o Aeroporto Internacional do Recife ocupa a sétima posição entre os mais movimentados do Brasil, recebendo uma média de 700 mil passageiros mensalmente. Para assegurar maior conforto aos viajantes, o terminal de passageiros passou por uma expansão e modernização, reinaugurada pelo ministro, no final de 2023.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, uma boa infraestrutura aeroportuária assegura melhorias para a capital pernambucana, proporcionando mais conforto aos passageiros. “O maior programa social do Brasil é o emprego e a renda. É isso que traz felicidade e dignidade para as pessoas. E a gente viu a importância com a construção do aeroporto. E agora, com a ampliação, a gente está criando mais emprego e oportunidade de trabalho. A cada quatro turistas que chegam ao Recife, um posto de trabalho é gerado”, afirmou.

O Costa Filho destacou ainda a importância do Novo PAC, programa de investimentos coordenado pelo Governo Federal, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais, para acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, movimentando a economia local e reduzindo desigualdades sociais e regionais, conforme orientação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. São investimentos de cerca de R\$ 1,7 trilhão em todos os estados do Brasil, sendo R\$ 1,4 trilhão até 2026 e R\$ 320,5 bilhões após 2026.

“Seguimos discutindo estratégias, com o amigo e ministro Silvio Costa Filho para o fortalecimento da nossa malha aérea. Temos trabalhado muito para garantir avanços importantes no segmento e teremos boas novidades para compartilhar no futuro”, pontuou o prefeito João Campos.

Modernização

O aeroporto agora com maior espaço e capacidade para lidar com um número superior de aeronaves, possibilitando a realização de operações de grande porte simultaneamente, inclusive voos internacionais. No local, também foram realizados investimentos nas pistas de táxi e no pátio de aeronaves, com objetivo de cumprir integralmente as normas de segurança da aviação. Isso inclui o provimento de áreas de segurança no final da pista, a adequação das pistas de táxi e investimentos na pista de pouso e decolagem.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 22/05/2024

AEROPORTOS DE FLORIANÓPOLIS E VITÓRIA IMPLANTAM SISTEMA DE ENERGIA RENOVÁVEL PARA AERONAVES EM SOLO

Programa vai reduzir a emissão de cerca de 2.500 toneladas de CO2 por ano



Zurich Airport Brasil, Azul, Gol e Latam assinam acordo para uso de energia renovável nos aviões em solo - Foto: Vosmar Rosa

Abusca por uma aviação mais sustentável é prioridade para a infraestrutura aeroportuária das concessionárias brasileiras. A Zurich Airport Brasil vai oferecer, nos Aeroportos de Florianópolis (SC) e Vitória (ES), energia renovável para aeronaves em solo. Entre setembro e início de outubro, as maiores operadoras do Brasil – Azul, Gol e Latam – firmaram

contrato com a administradora aeroportuária para utilizar o serviço.

A empresa implantou nos dois aeroportos um sistema que fornece energia elétrica de fontes renováveis para as aeronaves em solo, para contribuir com a redução das emissões de gases de efeito estufa e com as estratégias de ESG da indústria da aviação. Os equipamentos garantem que a parte elétrica e o ar-condicionado dos aviões em solo funcionem apenas com a energia fornecida pelo aeroporto, adquirida no Mercado Livre de Energia e certificada com o I-REC (Certificado Internacional de Energia Renovável).

Antes da implementação, era necessário usar geradores externos a diesel (GPU) ou acionar a turbina a querosene do próprio avião (APU) para manter o funcionamento. Ao eliminar o uso das GPUs e APUs, planeja-se reduzir a emissão de cerca de 1.300 toneladas de CO₂ por ano no terminal de Florianópolis e 1.200 toneladas anuais no Aeroporto de Vitória.

O grupo suíço investiu R\$ 21 milhões para instalar o sistema nas dez pontes de embarque de Florianópolis e nas seis pontes do terminal da capital capixaba. Segundo a empresa, até o final deste ano, o sistema chegará ao Aeroporto Internacional de Natal, com um novo aporte de quase R\$ 6,8 milhões.

"Para sermos efetivos na contribuição com a agenda climática, precisamos transformar em ações nosso compromisso com o meio ambiente. O importante investimento feito pela Zurich Airport Brasil nesse projeto reforça a prioridade do tema para a empresa e representa um avanço na nossa estratégia de ESG," destaca Ricardo Gesse, CEO da Zurich Airport Brasil.

O programa conta com a adesão das principais companhias do país: Azul, Gol e Latam firmaram contrato com a administradora aeroportuária para usar o serviço desde o início do funcionamento. O projeto tem o apoio da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear) e da Associação Brasileira de Aeroportos (ABR).

"A jornada de descarbonização do setor aéreo é um compromisso amplo, que envolve companhias e aeroportos. Essa iniciativa da Zurich reflete a importância de ações complementares, com efeito, imediato, para que o setor possa atingir o objetivo de neutralização de emissões até 2050. No caso das aéreas, a jornada de descarbonização também inclui medidas como a revisão de rotas para ganho de eficiência e incentivo ao uso do SAF (Sustainable Aviation Fuel) no longo prazo," afirma a presidente da Abear, Jurema Monteiro.

Segundo o CEO da ABR Aeroportos do Brasil, Fábio Rogério Carvalho, "o compromisso dos aeroportos brasileiros concedidos com a sustentabilidade da aviação não só é reconhecido nas diversas premiações de entes regulados, em âmbito nacional e internacional, mas também nos investimentos realizados a médio e longo prazo pelas concessionárias, por meio dos contratos de concessão, que priorizam, de forma perene, ações sob a ótica da agenda ESG nos aeroportos nacionais".

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 22/05/2024

MPOR ESTUDA AMPLIAR VOOS PARA O RIO GRANDE DO SUL



Durante entrevista para o programa Bom Dia, ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Silvio Costa Filho detalhou as ações que estão sendo realizadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos em parcerias com outras pastas

Silvio Costa Filho detalha as ações adotadas pelo MPor para portos e aeroportos - Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou nesta quarta-feira (22), em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro que a pasta está trabalhando para aumentar a malha aérea emergencial criada para atender a população após fechamento do principal aeroporto de Porto Alegre em decorrência das enchentes que atingiram grande parte dos municípios gaúchos. Segundo ele, de dez dias para cá, quando foi anunciada a primeira fase do programa de ampliação de voos, já foi possível ampliar de 116 para 134 as operações aéreas que atendem o estado.

"A gente tem ampliado a malha aérea no Rio Grande do Sul. E, agora, estamos trabalhando cada vez mais para expandir as operações regionais, levando o turista de negócios, o turismo de lazer e outros passageiros que estão tentando se deslocar para outros afazeres fora do Estado. A gente tem atuado de maneira transversal com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e, agora, ao lado do ministro Paulo Pimenta, que é o nosso coordenador das ações efetivas no estado, para ajudar o povo gaúcho e toda sociedade", afirmou Costa Filho.

Outro ponto abordado por ele durante a entrevista foi a situação do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, que segue com as operações interrompidas por tempo indeterminado. O ministro explicou que antes de apontar um prazo para a volta dos voos no local, é necessária uma análise técnica criteriosa, de modo a não comprometer a segurança de voo. "Tem gente que diz que a pista terá condições de receber voos, tem gente que acha que a pista terá que ser refeita completamente, que a água terminou danificando o asfalto e o solo. A gente está aguardando que a água possa baixar pra gente poder de fato dar uma informação mais detalhada e objetiva sobre a situação do aeroporto", indicou Costa Filho.



<https://youtu.be/P0gTXy9W65I>

Portos e aeroportos na agenda do dia

Durante cerca de uma hora de entrevista, o ministro respondeu perguntas feitas por jornalistas de várias partes do país sobre projetos que estão sendo executados pela pasta. Um dos questionamentos diz respeito ao resultado sobre as ações da Garantia da Lei da Ordem (GLO), prorrogado no início deste mês pelo presidente Lula, que intensificou os trabalhos de monitoramento e inteligência contra atos ilícitos em cinco áreas de São Paulo e Rio de Janeiro, que incluem portos e aeroportos. "A GLO tá tendo um papel importante na redução do número de apreensão do tráfico de drogas e no tráfico de entorpecente", indicou Costa Filho.

Segundo ele, a GLO cumpriu um papel institucional ao lado da Polícia Federal da Receita Federal e dos ministérios envolvidos. No entanto, o ministro argumentou que é necessário avançar no aprimoramento e na governança nos portos e aeroportos, por meio de serviços de tecnologia e de monitoramento inteligência de câmeras.

O preço do bilhete aéreo também foi um assunto levantando durante a conversa. Perguntando sobre como o Ministério de Portos e Aeroportos está trabalhando políticas públicas que possam reduzir o valor das passagens, o ministro ressaltou que, desde o ano passado, quando assumiu a gestão, ele tem dialogado constantemente com as empresas aéreas e todo setor com medidas que possa baratear os bilhetes, entre elas estão a redução do querosene de aviação e a diminuição da judicialização no setor. "Para vocês terem uma ideia, dos 100% da judicialização no mundo, mais de 70% está no Brasil, então quanto mais processos mais aumenta no custo da passagem", explicou.

Sobre o setor portuário, o titular do MPor destacou a construção do túnel Santos-Guarujá, maior obra de transporte do novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), que terá investimento de R\$ 6 bilhões, aporte dividido de forma igual entre Governo Federal e Estado de São Paulo. "É uma obra que demorou mais de 100 anos para sair do papel, que poucas pessoas acreditavam e a gente tá tendo o privilégio, sob a liderança do presidente Lula, de poder tirar do papel. Esperamos que ainda no mês de junho esse processo seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União, para que a gente



possa fazer um debate interno no TCU e, partir do final deste ano e início de 2025, a gente possa executar esse grande empreendimento", argumentou.

Costa Filho aproveitou a oportunidade para falar sobre o Voa Brasil, programa do Governo Federal, que vai ofertar passagens de até R\$ 200 reais a aposentados que ganham até dois salários mínimos e estudantes do ProUni. Ele afirmou que o programa está na fase final de ajustes e será lançado nos próximos meses. A gente tá construindo, junto com a Casa Civil, alguns detalhes que estão prontos para apresentar agora nesse período, mas por conta da situação no Sul todo o nosso esforço e de todas as outras pastas do Ministério nesse momento está em atender o Estado do Rio Grande do Sul. A gente espera que agora, no mês de junho, a gente retoma essa discussão possa finalizar esse programa, concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 22/05/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

ÁREA CEDIDA PELO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SERÁ USADA PARA OBRA DE COMBATE À ENCHENTES EM ARARAQUARA (SP)

Renan Filho participa, nesta sexta (24), do evento que marca o início do maior projeto de infraestrutura da cidade paulista

Uma área ferroviária ociosa, cedida no início deste mês pelo Ministério dos Transportes à Prefeitura de Araraquara, será utilizada para uma grande obra de combate à enchentes na cidade.

O ministro Renan Filho participará do evento, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que a ordem de serviço para o início das obras será assinada.

O projeto voltado à mitigação dos efeitos climáticos receberá investimento de R\$143 milhões do Governo Federal e prevê obras de macrodrenagem e reurbanização de áreas afetadas por enchentes em Araraquara.

Cobertura de imprensa

Os profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento devem se credenciar até às 18h desta quinta-feira (23), pelo site: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/credenciamento-de-imprensa/cobertura-de-viagens/credenciamento-para-a-viagem-do-senhor-presidente-da-republica-a-cidade-de-araraquara-sp>

SERVIÇO

O quê: Assinatura de ordem de serviço das obras de combate à enchentes em Araraquara

Quando: Sexta-feira (24), às 10h

Onde: Distrito Araraquara (antigo CEAR), Avenida Ivo Antônio Magnani, 430, Fonte Luminosa, Araraquara (SP)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 23/05/2024

MINISTRO DOS TRANSPORTES PARTICIPA DE FÓRUM SOBRE INFRAESTRUTURA COM LÍDERES DO SETOR E AUTORIDADES DO EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

O ministro Renan Filho é um dos convidados para discutir a retomada do crescimento econômico a partir do estímulo a investimentos em rodovias e ferrovias durante o ABDIB Fórum 2024, que

acontece nesta quinta-feira (23), em Brasília. E evento tem também a participação prevista do presidente Lula.

Renan Filho vai integrar o painel Transporte e Logística. Entre os pontos de debate, estarão os impactos da transição energética, o ambiente de negócios no setor de transporte e logística e questões relacionadas a planejamento, projetos, realismo tarifário, multimodalidade nas concessões, parcerias e licitações.

Durante as discussões, o ministro também deve apresentar um panorama de programas focados em infraestrutura já lançados pelo governo e ações voltadas à implementação da nova estratégia de desenvolvimento.

Cobertura da imprensa

Profissionais de imprensa poderão cobrir o evento realizando credenciamento prévio no link: <https://lp.rlkpro.com/l/DMhz0cABF1193>

SERVIÇO

O quê: Painel Transporte e Logística do ABDIB Fórum 2024

Quando: 23 de maio, de 16h20 às 17h20

Onde: Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília-DF

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 23/05/2024



PORTAL PORTO GENTE

MOVIMENTO ACUMULADO DO PORTO DE SANTOS CRESCE 13,5%

Redação Portogente

Os embarques de açúcar são o grande destaque no quadrimestre, com crescimento de 88,3%

Continuando sua trajetória de recordes consecutivos, o Porto de Santos já apresenta em 2024 um crescimento de 13,5% na movimentação de cargas em relação aos quatro primeiros meses do ano passado, somando 57,0 milhões de toneladas, recorde para o período. O movimento mensal de cargas em abril também foi a maior marca para aquele mês, atingindo 14,7 milhões de toneladas, 7,0% acima do verificado em abril de 2024.



Foto: Divulgação/SPA

O 4º mensal consecutivo foi comemorado pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini: “Teremos investimentos públicos da ordem de R\$ 10 bilhões para fazer frente à expansão do Porto de Santos diante da demanda cada vez mais forte da movimentação de cargas”, declarou.

Os embarques cresceram 15,8% no primeiro quadrimestre (42,3 milhões de toneladas) e as descargas 7,3% (14,6 milhões de toneladas). No mês de abril os embarques somaram 11,2 milhões de toneladas (+11,1%) e as descargas apresentaram redução de 4,4%, atingindo 3,4 milhões de toneladas.

O expressivo crescimento nos embarques de açúcar é o grande destaque na pauta de exportações. A commodity soma 7,2 milhões de toneladas no acumulado do ano, crescimento de 88,3% e 1,0 milhão de toneladas no mês (+ 48,8%). O café em grãos também se sobressaiu, atingindo 818,4 mil

toneladas embarcadas no quadrimestre (+60,3%) e 226,8 mil toneladas no mês de abril (+97,0%). A celulose apresentou boa performance no mês, atingindo 841,3 mil toneladas (+26,7%) e mantendo o volume anual em 2,6 milhões de toneladas (+0,2%). O farelo de soja cresceu 21,5% no acumulado do ano (3,1 milhões de toneladas) e 31,5% no mês (1,0 milhão de toneladas).

O desempenho da carga containerizada também foi um dos principais destaques, com aumento de 14,6% no mês (450.509 TEU – unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), elevando o movimento acumulado no quadrimestre em 19% (1,72 milhões de TEU), ambos a maior marca para os períodos, movimentando 19,1 milhões de toneladas até abril de 2024, 30,8% acima do mesmo período de 2023.

Os granéis sólidos somaram 28,5 milhões de toneladas no acumulado do ano, um crescimento de 7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, caracterizando-se como a maior marca acumulada nesse quadrimestre, tendo como carro chefe o açúcar e a soja peletizada.

Os granéis líquidos atingiram 6,4 milhões de toneladas, aumento de 9,2% e melhor marca acumulada no período, puxados, principalmente, pela gasolina (+40,3%), óleo combustível (+23,9%) e álcool (+22,4%), frente ao mesmo período do ano passado.

O fluxo de navios nos quatro primeiros meses do ano subiu 6,4%, totalizando 1.833 atracações.

Corrente Comercial

A participação acumulada do Porto de Santos na Corrente Comercial Brasileira registrou aumento de 29,1% em abril, frente ao mesmo período do ano anterior (28,1%).

Cerca de 12% das transações comerciais nacionais com o exterior que passaram pelo Porto de Santos até abril tiveram a China como país parceiro. São Paulo se mantém como o estado com maior participação nas transações comerciais com o exterior (25,1%) por meio do Porto de Santos.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 23/05/2024

PORTO DE SANTOS DO FUTURO TEM PROTAGONISMO DUVIDOSO

Editor Portogente

A nova sociedade já existe e é irreversível

Para construir ou revitalizar os seus papéis, a mobilização dos principais portos do mundo foca a inovação tecnológica como paradigma do êxito. Inteligência digital é a agenda prioritária, realçando desafios e oportunidades para os portos digitalizados do mundo em rede. Os conceitos de sustentabilidade e produtividade norteiam esse processo de decisões, operações e controles em rede com metas compatíveis, ambiente no qual a informação propaga-se em velocidade até então inimaginável.

Veja mais: Lula, atenção aos ruídos que vêm do Porto de Santos - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115874-os-ruídos-do-porto-de-santos>



Foto: Arquivo/Portogente

Trata-se de uma agenda com meta na interconexão de portos ágeis, como nós de uma rede logística, física e digital porta à porta, catalisada pela Internet. Ao evidenciar sob essa ótica a conjuntura do principal porto do hemisfério sul, o de Santos, no qual a prioridade é um programa de investimentos da ordem de R\$.12,08 bilhões e conflitado por interesses políticos, emitindo ruídos não republicanos e expondo impermanência gestora, esses fatos não satisfazem expectativas.



Veja mais: Um Porto de Santos aquém do necessário - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115908-um-porto-de-santos-aquem-do-necessario>

A competitividade e urgência do comércio global que atravessa mares e territórios, cruzando o Porto de Santos impulsionadas pelas novas tecnologias, precisam ser correspondidas com competência, e talento portuários, com visão dos próximos cinco anos. Uma exposição clara, formal e sucinta, como foram as diretrizes estratégicas para inserção regional, expostas no programa exitoso Santos 2000. Entretanto, não se percebe potencia gerencial para tanto, na conjuntura atual. Isto é muito preocupante.

Veja mais: Porto de Santos à deriva na rota do futuro - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115757-porto-de-santos-a-deriva-na-rota-do-futuro>

É sempre oportuno rever a história do progresso brasileiro que passou pelo Porto de Santos desde o final do século XIX e refletir o seu novo cenário logístico, principalmente, com as suas conexões ferroviárias e a rota transoceânica Atlântico-Pacífico. Principalmente os seus limites, por deficiência de competência para solucionar maior profundidade à navegação, de 16m e 17 m, parâmetro destacado do porto do futuro. Portanto, o governo Lula precisa reformar, com urgência, a sua negociação política envolvendo o porto da infância do presidente da República.

Veja mais: A História do Porto de Santos - Portogente

<https://portogente.com.br/artigos/4374-a-historia-do-porto-de-santos>

O roteiro da gestão do porto moderno envolve automação, aprimoramento da segurança de dados e compartilhamento de informação, bem como, conformidade ambiental e governança vigorosas. Metas de descarbonização e uso intenso de energia limpa e gestão monitorada. Pauta mundial dos principais portos. Somente adequando-se às novas oportunidades como cultura administrativa moderna, será possível ao atual principal porto do Brasil permanecer cumprindo o papel que lhe cabe no comércio internacional, no desenvolvimento regional e na economia do País. Hoje, isto é duvidoso.

Veja mais: Futuro do Comércio Exterior está na automação? - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/opiniao/115366-futuro-do-comercio-exterior-esta-na-automacao>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 23/05/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – AVIAÇÃO REGIONAL, UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O aumento dos investimentos na aviação regional, destacado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, sinaliza uma estratégia acertada para impulsionar o crescimento do setor aéreo no Brasil. Dados mostram que o número de passageiros saltou de 98 milhões em 2022 para 112 milhões em 2023, com uma significativa alta de 15% – motivada principalmente pela aviação regional. Esta expansão é crucial não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para a integração das diversas regiões do País.

O crescimento da aviação regional, que alcançou mais 20 novas localidades no ano passado, tem efeitos positivos claros para setores vitais como o turismo de lazer e negócios, além do agronegócio. Facilitar o acesso a diferentes regiões fortalece a economia local, promove o desenvolvimento sustentável e aumenta a qualidade de vida das populações dessas áreas.



No caso do Rio Grande do Sul, a recente crise causada pelas fortes chuvas ressaltou a importância de uma infraestrutura de aviação robusta e diversificada. A inoperabilidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre e a subsequente utilização dos terminais regionais mostram que uma rede bem distribuída de aeroportos pode ser um elemento crucial em situações de emergência. A rápida resposta com a liberação de voos adicionais para o município de Canoas (RS) demonstra a flexibilidade e a importância estratégica da aviação regional.

Os investimentos contínuos no desenvolvimento aeroportuário regional, conforme mencionado pelo ministro, são essenciais para garantir que mais áreas possam ser integradas à malha aérea nacional. Estes esforços devem ser mantidos e ampliados, especialmente em estados como o Rio Grande do Sul, onde a necessidade de alternativas viáveis para o transporte de passageiros se mostrou evidente. A melhoria das infraestruturas aeroportuárias em regiões menos atendidas permitirá uma recuperação mais rápida e eficiente após eventos climáticos adversos.

Além de ser uma solução para crises imediatas, o fortalecimento da aviação regional impulsiona o desenvolvimento do interior do Brasil. A otimização da mobilidade interregional facilita o deslocamento de pessoas e mercadorias, promove o turismo em regiões menos exploradas e contribui para a desconcentração econômica do País. Municípios com potencial turístico ou agrícola podem se beneficiar enormemente de um acesso aéreo mais facilitado, atraindo investimentos e estimulando o crescimento econômico local.

Portanto, a estratégia de impulsionar a aviação regional deve ser vista como uma prioridade. É fundamental que o Governo Federal continue a investir nesse setor, promovendo a modernização dos aeroportos regionais e incentivando novas rotas que conectem de forma mais eficiente as diferentes regiões do Brasil. A aviação regional não apenas contribui para a resiliência do sistema de transporte aéreo, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico e social do País.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/05/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

MINISTÉRIO ADIA APRESENTAÇÃO DO VOA BRASIL

Voa Brasil I

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, falou sobre o programa Voa Brasil durante sua participação no programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasileira de Comunicação. Segundo ele, as chuvas no Rio Grande do Sul adiaram a finalização do projeto, que visa comercializar passagens a um preço mais baixo para determinados grupos da sociedade.

Voa Brasil II

“A gente estava para apresentar agora, nesse período, mas, por conta da situação do Rio Grande do Sul, todo o nosso esforço, da equipe ministerial, neste momento emergencial, está em atender o estado”, disse o ministro

DANOS NA REDE ELÉTRICA DO RS CHEGAM A R\$ 1 BI, DIZ MINISTRO

Prejuízo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que as chuvas no Rio Grande do Sul causaram mais de R\$ 1 bilhão de danos na rede elétrica do estado. Segundo ele, mais de 40 equipamentos de alta tensão foram danificados.

Reparação

Silveira fez essa revelação pouco antes do embarque de mais de 50 especialistas em redes subterrâneas de energia elétrica para o Rio Grande do Sul. Cedidos pelo Grupo Equatorial, esses profissionais vão se dedicar à reconstrução de duas subestações de energia elétrica que foram destruídas pelos temporais.

Mudança de ministério

A engenheira florestal Larissa Amorim deixou a Infra S.A., do Ministério dos Transportes, para assumir a Diretoria de Programas do Ministério de Portos e Aeroportos. Apesar da mudança, continua trabalhando com a temática ambiental.

Marco regulatório

Hoje, acontece a última audiência pública sobre a revisão do marco regulatório do setor portuário brasileiro, coordenada pela Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), da Câmara dos Deputados. A sessão acontecerá na sede da seccional de Recife (PE) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), das 9 horas ao meio-dia, e será transmitida pela TV BE News.

Aprovada

O Comitê de Pessoas do Conselho de Administração da Petrobras aprovou na última quarta-feira, dia 22, a indicação de Magda Chambriard para a presidência da companhia, em substituição a Jean Paul Prates. O comitê entendeu que a engenheira cumpre os requisitos para assumir os cargos de conselheira de administração e de presidente. O conselho se reúne amanhã, dia 24, para aprovar a nomeação de Magda.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/05/2024

NACIONAL - MINISTRO DEFENDE ATENÇÃO À AVIAÇÃO REGIONAL PARA IMPULSIONAR SETOR AÉREO

Segundo Silvio Costa Filho, esse segmento contribuiu para o crescimento no número de passageiros de 2022 para 2023

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que considera investimentos na aviação regional como uma estratégia para impulsionar o crescimento do setor aéreo no Brasil.



Costa Filho destacou a intenção de continuar investindo no desenvolvimento aeroportuário regional, mesmo após as medidas de mitigação dos efeitos causados pelas chuvas (Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil)

A declaração foi dada em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação na quarta-feira, dia 22. Segundo o ministro, o setor de aviação passou de 98 milhões de passageiros em 2022 para 112 milhões de passageiros em 2023, com 15% desse crescimento concentrado sobretudo na aviação regional.

“Conseguimos ampliar em mais de 20 novas localidades só no ano passado (2023). Isso significa dizer um crescimento no número de regiões que estão começando a receber voos em todo o Brasil. Isso é ótimo para setores como o turismo de lazer e negócios, e para o agronegócio. Então a gente tem trabalhado para ter um olhar para a aviação regional”, afirmou Costa Filho.

Silvio Costa Filho mencionou que está em diálogo com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), sobre a situação da aviação no estado. O ministro destacou a intenção de continuar investindo no desenvolvimento aeroportuário regional, mesmo após as medidas de mitigação dos efeitos causados pelas fortes chuvas.

Devido à inoperabilidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, o transporte aéreo está sendo realizado através dos terminais regionais e estaduais. Nesta semana, o Ministério anunciou a

liberação de mais cinco voos diários para o município de Canoas, totalizando 134 voos semanais a partir de segunda-feira (27) para o estado do Rio Grande do Sul.

“Qual é o nosso dever de casa? Primeiro é a gente avançar na operação no aeroporto de Canoas, depois retomar o aeroporto de Porto Alegre e paralelamente a gente vai fazendo um diagnóstico de outros aeroportos no estado que possam ser potencializados como mais um modal de transporte, mais um aeroporto”, detalhou o ministro de Portos e Aeroportos.

De acordo com a Defesa Civil do Rio Grande do Sul, a grande incidência pluviométrica afetou mais de 2,3 milhões de habitantes nos municípios gaúchos. São 581.633 pessoas desalojadas e mais de 68 mil em abrigos. O número de mortes chegou a 161, com 82 pessoas ainda desaparecidas, desde o início dos temporais e enchentes em 29 de abril.

Costa Filho explicou que ainda não há previsão para a retomada das operações no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, interditado devido a danos na infraestrutura do terminal. A Fraport, concessionária que administra o aeroporto, iniciou o diagnóstico do terminal para avaliar a situação das esteiras de bagagens, dos elevadores, do estacionamento, da parte elétrica e da iluminação, após o escoamento das águas no último domingo (19). Somente após a conclusão desse reconhecimento será possível comunicar a data de retomada das operações.

A expectativa é que o volume de água nas pistas diminua entre sexta-feira (24) e sábado (25), permitindo uma avaliação mais precisa dos danos causados pelos fortes fenômenos climáticos no empreendimento aeroportuário.

Atento ao mercado

Quando questionado sobre um possível aumento exorbitante nos preços das passagens com a retomada da malha aérea gaúcha, Silvio Costa Filho informou que designou a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para monitorar o mercado. Além disso, ele destacou que têm tratado da questão com os presidentes das três companhias aéreas brasileiras, fazendo um apelo para que possam efetivamente moderar os preços das passagens no estado.

“No estado brasileiro, o Governo não pode fazer uma intervenção no preço da passagem, até porque isso é um livre mercado e a gente tem que respeitar a iniciativa privada. O que a gente tem procurado fazer é uma discussão de sensibilização para que a gente não tenha preços exorbitantes ou que não condizem com a realidade que o povo do estado já pagava lá atrás”, disse Costa Filho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/05/2024

REGIÃO SUDESTE - PARA PRESIDENTE DA MSC, É PRECISO INVESTIR EM INFRAESTRUTURA NOS PORTOS

Elber Justo falou sobre o assunto no segundo dia do Seminário Internacional do Café, que acontece em Santos

Por PAULO JOSÉ RIBEIRO paulo.ribeiro@redebenews.com.br



O debate realizado no segundo dia do Seminário Internacional do Café tratou da geração de novos investimentos e se estendeu para a infraestrutura de outros portos do país (Foto: Reprodução/TV BE News)

O segundo dia da 24ª edição do Seminário Internacional do Café, na quarta-feira (22), em Santos (SP), teve como destaque o painel com autoridades e empresários do setor portuário que discutiram os impactos da infraestrutura na movimentação de cargas pelo Porto de Santos. O debate tratou da geração de novos investimentos e se estendeu para a infraestrutura de outros portos do país, com uma atenção especial para a dragagem dos canais de acesso e navegação.



O painel, mediado pelo presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), Mauro Sammarco, foi composto pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, o diretor geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila, o gerente administrativo da Cooxupé, Ronald Moraes, e o diretor-presidente da MSC do Brasil, Elber Alves Justo.

Justo, que também é presidente do conselho do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), apresentou um estudo desenvolvido pela instituição, apontando a falta de infraestrutura dos portos brasileiros para receber embarcações mais modernas. Segundo o estudo, a última geração de navios de grande porte suportada pelos portos brasileiros é de 2008 e 2012.

Porém, além de investir na estrutura para receber navios mais novos, Elber Justo ressalta que ainda são necessários esforços para que os portos possam ter embarcações já homologadas no país operando em sua capacidade total.

“Identificamos alguns gargalos. O maior deles é a falta de capacidade de infraestrutura pra operar os maiores navios que já operam no Brasil. Navios de 10 mil, 11 mil, 14 mil TEUs, operam com muitas restrições. O objetivo é que a gente consiga tanto na parte de profundidade de canais, como na parte de retroárea, receber esses navios a plena carga e contribuir com o crescimento do comércio brasileiro”, destacou o executivo.

O estudo usa como exemplo a operação de navios de 11.500 TEU, que são recebidos em calados com restrições nos portos de Santos, Rio de Janeiro, Salvador (BA), Pecém (CE) e Suape (PE). Segundo o documento, isso faz com que cada embarcação deixe de movimentar cerca de 1 milhão de toneladas por ano.

Outro gargalo está na capacidade dos terminais. O estudo mostra que existe um crescimento orgânico da carga de 5,5% ao ano, mas a capacidade instalada e operacional dos portos brasileiros não acompanha esse ritmo. O documento aponta que a demanda de cargas atingiu o limite da capacidade operacional em 2021, e de lá pra cá, só tem piorado.

A pauta é relevante para o seminário, especialmente por conta da expectativa para um novo aumento na safra de café colhida em 2024. Este será o terceiro aumento anual seguido, sequência que só se repetiu apenas sete vezes em 144 anos. Esses números, além da estimativa do Observatório do Café de um novo crescimento em 2025, geram discussões sobre como o setor cafeeiro pode aproveitar o bom momento, com os desafios logísticos sendo protagonistas dentro do debate.

O foco maior na dragagem do Porto de Santos ocorre por conta da participação expressiva do complexo portuário na exportação do café. Cerca de 80% do produto movimentado no país passa por Santos.

Segundo o diretor-presidente da MSC do Brasil, a saída para solucionar esse problema são as políticas públicas e a celeridade por parte do poder público. “É importante esse assunto ser trazido aqui no Seminário para dar coros para esses anseios e tentar sensibilizar o poder público para agilizar esses investimentos”.

Justo ainda aborda a necessidade da retomada dos leilões e promoção de investimentos em terminais, visando aumentar o armazenamento das cargas e manter a alta produtividade dos navios.

O presidente da APS, Anderson Pomini, destacou os investimentos de R\$ 10,6 bilhões para o Porto de Santos anunciados pelo Governo Federal para os próximos cinco anos. Dentro da carteira de investimentos, está previsto um aporte de R\$ 324,1 milhões para a dragagem de aprofundamento do canal de acesso para 16 metros. A profundidade de 17 metros, demandada pelo setor de logística, só deve chegar após a concessão do canal, que será feita em modelo de parceria público-privada

(PPP). O contrato de 20 anos incluirá as obras de dragagem e contará com um investimento de R\$ 5,8 bilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/05/2024

REGIÃO SUDESTE - COM 57 MI DE TONELADAS, PORTO DE SANTOS TEM ALTA DE 13,5% EM 2024

Abril registrou mês recorde histórico para o mês com 14,7 milhões de toneladas movimentadas

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebene.com.br



No mês de abril, os embarques no Porto de Santos somaram 11,2 milhões de toneladas, alta de 11,1%. Já as descargas caíram 4,4%, atingindo 3,4 milhões de toneladas (Foto: Divulgação/APS)

Com 57 milhões de toneladas movimentadas no acumulado de 2024, o Porto de Santos (SP) apresenta um crescimento de 13,5% na movimentação no comparativo aos quatro primeiros meses do ano passado, registrando um novo recorde para o período. Segundo os dados divulgados pela Autoridade Portuária de Santos (APS), o movimento mensal

de cargas referente a abril também foi a maior marca histórica do mês, atingindo 14,7 milhões de toneladas, 7% acima do verificado em abril de 2023.

Os embarques cresceram 15,8% no primeiro quadrimestre (42,3 milhões de toneladas) e as descargas 7,3% (14,6 milhões). No mês de abril, os embarques somaram 11,2 milhões de toneladas, alta de 11,1%. Já as descargas caíram 4,4%, atingindo 3,4 milhões.

O quarto recorde mensal consecutivo do complexo foi celebrado pelo diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

“Teremos investimentos públicos da ordem de R\$ 10 bilhões para fazer frente à expansão do Porto de Santos diante da demanda cada vez mais forte da movimentação de cargas”, comentou.

Segundo a APS, o crescimento nos embarques de açúcar foi o principal destaque na pauta de exportações.

A commodity soma 7,2 milhões de toneladas no acumulado do ano, um crescimento de 88,3% e 1 milhão de toneladas no mês (+ 48,8%). O café em grãos também se sobressaiu, atingindo 818,4 mil toneladas embarcadas no quadrimestre (+60,3%) e 226,8 mil toneladas no mês de abril (+97,0%).

A celulose apresentou boa performance no mês de abril, atingindo 841,3 mil toneladas (+26,7%) e mantendo o volume anual em 2,6 milhões de toneladas (+0,2%). O farelo de soja cresceu 21,5% no acumulado do ano (3,1 milhões de toneladas) e 31,5% no mês (1,0 milhão de toneladas).

O desempenho da carga containerizada também foi um dos principais destaques, registrando aumento de 14,6% no mês, com 450.509 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), elevando o movimento acumulado no quadrimestre em 19% (1,72 milhões de TEU). Foi a maior marca nos dois períodos, movimentando 19,1 milhões de toneladas até abril de 2024, 30,8% acima do mesmo período de 2023.

Os granéis sólidos somaram 28,5 milhões de toneladas no acumulado do ano, um crescimento de 7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, caracterizando-se como a maior marca acumulada nesse quadrimestre, tendo como carro-chefe o açúcar e a soja peletizada.

Os graneis líquidos atingiram 6,4 milhões de toneladas, aumento de 9,2% e melhor marca acumulado no período, puxados, principalmente, pela gasolina (+40,3%), óleo combustível (+23,9%) e álcool (+22,4%), frente ao mesmo período do ano passado.

O fluxo de navios nos quatro primeiros meses do ano subiu 6,4%, totalizando 1.833 atracações.

Corrente comercial

A participação acumulada do Porto de Santos na corrente comercial do Brasil registrou aumento de 29,1% em abril, frente ao mesmo período do ano anterior (28,1%).

Cerca de 12% das transações comerciais nacionais com o exterior que passaram pelo Porto de Santos até abril tiveram a China como país parceiro. São Paulo se mantém como o estado com maior participação nas transações comerciais com o exterior (25,1%) por meio do Porto de Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/05/2024

REGIÃO SUDESTE/SUL - APS INICIA OPERAÇÃO PARA ENVIAR DONATIVOS AO RIO GRANDE DO SUL

Produtos serão colocados em um contêiner e seguirão até a capital Porto Alegre na próxima semana
Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



Colaboradores e funcionários da APS juntaram produtos colocando-os em paletes, para depois serem armazenados dentro de um contêiner estacionado na sede da companhia

A Autoridade Portuária de Santos (APS) começou na quarta-feira (22) a armazenar as toneladas de doações da região da Baixada Santista dentro de um contêiner que será transportado às vítimas da tragédia climática do Rio Grande do Sul. A previsão é de que as doações cheguem aos municípios gaúchos até o final da próxima semana.

Por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos, a Autoridade Portuária de Santos abriu um ponto de coleta de doações para o Rio Grande do Sul no dia 7 de maio. Desde então, diversos produtos foram entregues, tais como água potável, alimentos, roupas, produtos de higiene e roupas de cama.

Equipes da Guarda Portuária chegaram a fazer doações de pacotes de ração para cachorros, que são utilizados para os animais da corporação.

Os donativos foram acomodados no galpão da antiga carpintaria, localizado dentro da sede da Autoridade Portuária.

Na quarta-feira, colaboradores e funcionários da APS juntaram produtos, colocando-os em paletes, para depois serem armazenados dentro de um contêiner estacionado na sede da companhia.

Toda a operação foi acompanhada pelo diretor-presidente do Porto de Santos, Anderson Pomini, e também por diretores e superintendentes da APS.

“A arrecadação foi grande, pessoal da comunidade portuária nos ajudou muito. Recebemos muita água, alimentos, roupas de frio e equipamentos de emergência para a Defesa Civil. Já recebemos 5 toneladas de donativos que vão ser transportadas para o Rio Grande do Sul. A Autoridade Portuária está sendo um hub para receber e armazenar todos esses donativos”, comentou André Bonini, superintendente da Autoridade Portuária de Santos.

Todos os paletes serão colocados até o final da semana em contêiner da Log-In, empresa de logística especializada em navegação.

O terminal da DP World, localizado na margem esquerda do Porto de Santos, vai fazer o transporte deste contêiner. A expectativa é que o navio siga viagem no final da semana. A navegação seguirá até o Porto de Navegantes, em Santa Catarina. A partir dali o contêiner seguirá pelo meio rodoviário até Porto Alegre. A expectativa é que os produtos cheguem à terra gaúcha até o final da próxima semana.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/05/2024

NACIONAL - SETOR SOLIDÁRIO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Setor solidário

O BE News segue divulgando a iniciativa de órgãos públicos, empresas e entidades ligados ao setor de portos, infraestrutura, transporte e logística para colaborar com as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

Esse trabalho é parte da ação integrada de comunicação lançada pelo Grupo Brasil Export em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, com o propósito de mostrar como o setor de portos, logística, infraestrutura e transportes vem dando sua contribuição para o processo de reconstrução do estado, que promete ser longo.

Nesta edição destacamos os comunicados postados no Instagram pelas empresas Ecoporto (mais informações em @ecoportosantos), MRS (@mrslogistica), Arcelor Mittal (@arcelormittalbrasil) e pelo grupo JBS (@nossajbs).



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/05/2024

REGIÃO SUL - ANTAQ DÁ AVAL PARA SEARA ASSUMIR O PORTO DE ITAJAÍ

Com a decisão, Grupo JBS fica a um passo de assumir o controle do cais catarinense

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebnews.com.br



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou, em decisão excepcional, a alteração societária do contrato provisório de operação do Porto de Itajaí, em Santa Catarina. Com a decisão, a Seara, do Grupo JBS, fica a um passo de assumir o controle do cais catarinense. A decisão ocorreu na terça-feira, dia 21.

O Porto de Itajaí não movimentava contêineres desde janeiro de 2023. A APM Terminals deixou a administração do local após o encerramento do contrato, em dezembro de 2022 - (Foto: Reprodução)

A expectativa é que o contrato definitivo seja enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) até o final de maio, com a previsão de início das operações no segundo semestre.

Com a decisão da Diretoria Colegiada, que acompanhou parecer técnico da área de regulação da Agência, a Seara passa a assumir o controle da empresa Mada Araújo Asset Management Ltda. com 70% das cotas societárias. A Mada Araújo venceu o arrendamento transitório – por 24 meses, prazo que pode ser prorrogado – do complexo marítimo no ano passado.

Conforme já noticiado pelo BE News, o objetivo da multinacional é assumir a operação da área de contêineres do porto catarinense, garantindo o escoamento de sua produção de carnes para o exterior. Nessa transação, a multinacional conta com a parceria da armadora francesa CMA CGM, que vem buscando ampliar sua presença na gestão de terminais portuários brasileiros – atualmente, ela opera o Terminal de Contêineres do Porto de Fortaleza (CE).

Os valores a serem oferecidos pelo Grupo JBS à Mada Araújo ainda não foram revelados. A multinacional, que opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina, de frango, de peixe e plant-based, além de atuar na produção de couros, conta com cerca de 250 mil colaboradores e 500 unidades (entre fábricas e escritórios) em mais de 20 países, em cinco continentes. E atende mais de 275 mil clientes em aproximadamente 190 países.

Histórico

O Porto de Itajaí (SC) é o principal complexo marítimo do sul do Estado e o segundo maior do País em movimentação de contêineres. Os principais produtos exportados são madeira, pisos cerâmicos, máquinas, açúcar, papel e fumo, e os principais produtos importados são trigo, produtos químicos, motores, têxteis, papel e pisos cerâmicos.

O cais está sem movimentação desde janeiro de 2023. A APM Terminals deixou a administração do local após o encerramento de seu contrato, em dezembro de 2022. Desde então, ele segue inoperante. O Governo chegou a fazer uma licitação para um arrendamento transitório, processo vencido pela Mada e que permite que ela explore o porto até 2025 – nesse período, a União quer fazer um leilão para o arrendamento definitivo

A concessão definitiva será feita por 35 anos. No último dia 23 de abril, foi feita uma audiência pública pela Antaq. Segundo o órgão, a previsão é que o edital seja lançado ainda neste ano, com leilão previsto para janeiro de 2025.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/05/2024

REGIÃO NORDESTE - EMPRESA DE PE APRESENTA MENOR PREÇO PARA CONSTRUIR 1º TRECHO DA TRANSNORDESTINA

Geosistemas, do Recife, ainda terá sua documentação avaliada antes de ser autorizada a assumir a obra

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



A Geosistemas Engenharia e Planejamento, que tem sede no Recife (PE), foi a vencedora para elaborar os projetos básicos e executivos do trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina, que liga a cidade de Salgueiro ao Porto de Suape (520 km). Ela participou da licitação juntamente com outras oito empresas.

Cortando 53 municípios de Piauí, Ceará e Pernambuco, a ferrovia Transnordestina tem potencial para reduzir custos logísticos e impulsionar a economia da região Nordeste



A Ferrovia Transnordestina é um projeto para interligar as zonas produtoras, os terminais intermediários e os portos da Região Nordeste. Com 1.206 km de extensão, cortando 53 municípios nos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, a ferrovia tem potencial para reduzir os custos logísticos e impulsionar a economia nordestina. Desde o anúncio da ferrovia, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007 a 2010), sua conclusão tem sido um objetivo de longa data do Governo Federal.

As propostas foram abertas na segunda-feira, dia 20, e a da Geosistemas foi a que apresentou o menor preço, com pouco mais de R\$ 12 milhões (R\$ 12.406.488,85). Antes dela, o menor valor proposto foi da Estratégica Engenharia, com pouco mais de R\$ 15 milhões (R\$ 15.217.431,06).

No histórico de propostas, a Geosistemas foi a última empresa a apresentar seu orçamento no processo, feito por meio de pregão eletrônico. Ao todo, a Infra S.A., que gerencia o processo de licitação, recebeu nove propostas. A documentação exigida no edital ainda será avaliada pela estatal.

O edital foi publicado em abril e é a primeira contratação após 14 anos para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia de novos trechos ferroviários e destinada à implementação de obras públicas.

Pelo Edital, a primeira etapa do projeto, visando a execução de 55 km de linha férrea, será entregue quatro meses após a assinatura do contrato.

Na prática, isso possibilitará que a Infra S.A. inicie a licitação para as obras assim que o projeto básico/executivo seja aprovado. O diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, destaca que o modelo traz celeridade para o projeto que será custeado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Especializada em obras de infraestrutura e fundada em 1994, a Geosistemas tem em sua carteira clientes como os governos de Pernambuco, da Bahia e do Maranhão; as prefeituras do Recife, do Jaboatão, de Olinda, do Paulista e de Ipojuca; a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), a URB Recife, o Estaleiro Atlântico Sul, o Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (Detran-PE), a Infraero e Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/05/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MOVIMENTO ACUMULADO DO PORTO DE SANTOS CRESCE 13,5% E ATINGE 57 MILHÕES ATÉ ABRIL

Informações: Autoridade Portuária de Santos (23 de maio de 2024)

Os embarques de açúcar são o grande destaque no quadrimestre, com crescimento de 88,3%

Continuando sua trajetória de recordes consecutivos, o Porto de Santos já apresenta em 2024 um crescimento de 13,5% na movimentação de cargas em relação aos quatro primeiros meses do ano passado, somando 57,0 milhões de toneladas, recorde para o período. O movimento mensal de cargas em abril também foi a maior marca para aquele mês, atingindo 14,7 milhões de toneladas, 7,0% acima do verificado em abril de 2024.

O 4º mensal consecutivo foi comemorado pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini: “Teremos investimentos públicos da ordem de R\$ 10 bilhões para fazer frente à expansão do Porto de Santos diante da demanda cada vez mais forte da movimentação de cargas”, declarou.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 047/2024
Página 29 de 54
Data: 23/05/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Os embarques cresceram 15,8% no primeiro quadrimestre (42,3 milhões de toneladas) e as descargas 7,3% (14,6 milhões de toneladas). No mês de abril os embarques somaram 11,2 milhões de toneladas (+11,1%) e as descargas apresentaram redução de 4,4%, atingindo 3,4 milhões de toneladas.

O expressivo crescimento nos embarques de açúcar é o grande destaque na pauta de exportações. A commodity soma 7,2 milhões de toneladas no acumulado do ano, crescimento de 88,3% e 1,0 milhão de toneladas no mês (+ 48,8%). O café em grãos também se sobressaiu, atingindo 818,4 mil toneladas embarcadas no quadrimestre (+60,3%) e 226,8 mil toneladas no mês de abril (+97,0%). A celulose apresentou boa performance no mês, atingindo 841,3 mil toneladas (+26,7%) e mantendo o volume anual em 2,6 milhões de toneladas (+0,2%). O farelo de soja cresceu 21,5% no acumulado do ano (3,1 milhões de toneladas) e 31,5% no mês (1,0 milhão de toneladas).

O desempenho da carga containerizada também foi um dos principais destaques, com aumento de 14,6% no mês (450.509 TEU – unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), elevando o movimento acumulado no quadrimestre em 19% (1,72 milhões de TEU), ambos a maior marca para os períodos, movimentando 19,1 milhões de toneladas até abril de 2024, 30,8% acima do mesmo período de 2023.

RESUMO DAS MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS NO PORTO DE SANTOS
COMPARATIVOS MENSAL E ACUMULADO

DESCRIÇÃO	ABRIL			ATE ABRIL		
	2023	2024	VAR %	2023	2024	VAR %
EMBARQUES	10.094.173	11.210.448	11,1	36.609.197	42.388.801	15,8
DESEMBARQUES	3.639.243	3.478.937	(4,4)	13.624.180	14.613.358	7,3
Total	13.733.416	14.689.385	7,0	50.233.377	57.002.159	13,5

PRINCIPAIS PRODUTOS

DESCRIÇÃO	ABRIL			ATE ABRIL		
	2023	2024	VAR %	2023	2024	VAR %
EMBARQUES						
Açúcar	738.665	1.099.017	48,8	3.839.820	7.231.720	88,3
- Em sacos	0	24.074	-	32.126	94.274	193,5
- Em contêineres	60.870	165.893	172,5	376.957	988.820	165,0
- Granel sólido	677.795	909.050	34,1	3.430.737	6.138.626	78,9
Alcool	62.872	67.146	6,8	284.803	348.523	22,4
Café em grãos	115.106	226.800	97,0	510.650	818.440	60,3
Carnes	166.134	232.043	39,7	606.743	769.883	26,9
- Bovina	106.081	155.448	46,5	368.890	521.357	41,3
- De Aves	58.817	73.549	25,0	232.455	244.904	4,1
- Outras	1.236	146,4	(14,4)	6.398	6.622	22,7
Celulose (solta e containerizada)	663.909	841.311	26,7	2.642.349	2.648.324	0,2
Complexo soja	5.742.634	5.800.598	1,0	17.332.670	17.554.765	1,3
- Em grãos a granel	4.959.662	4.746.314	(4,3)	14.708.040	14.315.776	(2,7)
- Em grãos em contêineres	4.158	2.769	(33,4)	8.627	2.824	(67,3)
- Farelo a granel	766.597	1.007.702	31,5	2.587.559	3.142.946	21,5
- Farelo em contêineres	12.217	43.813	258,6	28.444	93.219	227,7
Gasolina	36.393	107.670	195,9	230.162	323.013	40,3
Milho	3.891	1.368	(64,3)	1.531.378	1.195.430	(21,9)
- Em contêineres	3.891	1.368	(64,3)	1.524.208	1.189.851	(21,9)
- Granel sólido	0	0	-	84.955	95.545	12,5
Óleo combustível	295.491	261.458	(11,5)	978.383	1.212.459	23,9
Óleo diesel e gasóleo	134.560	131.640	(2,2)	535.515	579.768	8,3
Sucos cítricos	241.946	179.618	(25,8)	946.846	876.600	(7,4)
- Em contêineres	0	30.181	-	84.955	95.545	12,5
- Granel líquido	241.946	149.437	(38,2)	861.891	781.055	(9,4)
Sub-Total Embarques	8.201.591	8.946.669	9,1	29.439.319	33.558.925	14,0
Outros	1.892.582	2.261.779	19,5	7.169.878	8.829.876	23,2
Total Embarques	10.094.173	11.210.448	11,1	36.609.197	42.388.801	15,8

DESEMBARQUES

Adubo	670.825	353.523	(47,3)	2.465.792	2.097.292	(14,9)
Alcool	1.604	0	(100,0)	2.623	3.265	24,5
Amônia	18.803	36.669	95,0	115.595	122.625	6,1
Carvão	0	0	-	0	0	-
Enxofre	216.490	62.564	(71,1)	805.200	566.221	(29,7)
Fosfato de cálcio	11.250	0	(100,0)	80.561	33.016	(59,0)
GLP	47.629	60.743	27,5	70.524	135.192	91,7
Metanol	9.937	27.840	180,2	76.672	64.226	(16,2)
Mínério de ferro, a granel	0	0	-	0	0	-
Nafta	0	0	-	0	0	-
Óleo diesel e gasóleo	159.381	178.723	12,1	385.852	851.448	120,7
Sal	131.726	100.263	(23,9)	365.150	384.525	5,3
Soda caustica	113.199	91.008	(19,6)	407.197	351.674	(13,6)
Sulfato dissódico	69.058	58.510	(15,3)	232.803	194.333	(16,5)
Trigo (grãos e farelo)	60.011	81.895	36,5	319.766	361.778	13,1
Sub-Total Desembarques	1.909.913	1.951.738	(30,3)	5.327.735	5.165.595	(3,0)
Outros	2.129.330	2.427.199	14,0	8.266.445	9.447.763	13,9
Total Desembarques	3.639.243	3.478.937	(4,4)	13.624.180	14.613.358	7,3

Total Geral	13.733.416	14.689.385	7,0	50.233.377	57.002.159	13,5
--------------------	-------------------	-------------------	------------	-------------------	-------------------	-------------

CONTÊINERES (EMBARQUES E DESEMBARQUES)

Unidades	235.659	266.356	13,0	856.114	1.021.160	19,3
TEU	393.114	450.509	14,6	1.444.407	1.718.441	19,0
Tonelagem	3.849.413	4.970.837	29,1	14.624.275	19.134.776	30,8

FLUXO DE NAVIOS

Atracados	440	452	2,7	1.722	1.833	6,4
-----------	-----	-----	-----	-------	-------	-----

Obs.: Não obstante a movimentação de algumas cargas ocorrer principalmente no embarque, também podem ser desembarcadas e vice-versa. Para efeito de classificação (emb./desemb.) e lançamento neste quadro, foi considerada somente a tonagem de maior incidência, bem como a natureza de carga de maior incidência (exceto quando especificado).

nacionais com o exterior que passaram pelo Porto de Santos até abril tiveram a China como país parceiro. São Paulo se mantém como o estado com maior participação nas transações comerciais com o exterior (25,1%) por meio do Porto de Santos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/05/2024

Os períodos, movimentando 19,1 milhões de toneladas até abril de 2024, 30,8% acima do mesmo período de 2023.

Os granéis sólidos somaram 28,5 milhões de toneladas no acumulado do ano, um crescimento de 7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, caracterizando-se como a maior marca acumulada nesse quadrimestre, tendo como carro chefe o açúcar e a soja peletizada.

Os granéis líquidos atingiram 6,4 milhões de toneladas, aumento de 9,2% e melhor marca acumulada no período, puxados, principalmente, pela gasolina (+40,3%), óleo combustível (+23,9%) e álcool (+22,4%), frente ao mesmo período do ano passado.

O fluxo de navios nos quatro primeiros meses do ano subiu 6,4%, totalizando 1.833 atracações.

Corrente Comercial

A participação acumulada do Porto de Santos na Corrente Comercial Brasileira registrou aumento de 29,1% em abril, frente ao mesmo período do ano anterior (28,1%).

Cerca de 12% das transações comerciais



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

MAGDA CHAMBRIARD É APROVADA POR COMITÊ DA PETROBRAS

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política
Por epbr 23 de maio de 2024 Em Comece seu Dia

O Comitê de Elegibilidade da Petrobras aprovou a indicação de Magda Chambriard para conselheira e presidente da estatal, o que abre caminho para que ela seja nomeada já na próxima reunião do Conselho de Administração (CA) nesta sexta-feira (24/5).



Magda Chambriard, nova presidente da Petrobras. Crédito: Reprodução/Alerj

- “O CELEG considerou que a indicação da Sra. Magda Chambriard preenche os requisitos necessários previstos nas regras de governança da companhia e legislação aplicável e está apta para ser apreciada pelo Conselho de Administração (CA), sendo, portanto, elegível para ambos os cargos”, informou a empresa em comunicado.

A Petrobras reforçou ao mercado que, uma vez nomeada, Magda Chambriard servirá no Conselho até a primeira Assembleia Geral que vier a ocorrer, “não sendo necessária a convocação de Assembleia de Acionistas para esse fim”.

- Acionistas minoritários têm pressionado para que seja convocada uma Assembleia Geral extraordinária para apreciar a indicação. A próxima assembleia de acionistas está prevista para 2025.
- A Justiça de São Paulo já negou um pedido liminar para que seja convocada a assembleia, em ação civil pública (ACP) movida pelo deputado estadual Leonardo Siqueira (Novo/SP).

Menos uma demanda. Magda chega ao comando da empresa com mais uma agenda cara ao governo resolvida. Ontem, Petrobras e Cade divulgaram que alteraram os acordos de vendas de ativos da empresa, pauta que tem forte apelo na base aliado do atual governo.

Mas não terá vida fácil. Para conseguir resolver a agenda de parte do governo para a Margem Equatorial terá um longo trabalho de negociação. Ontem, em evento no Rio, secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ana Toni. Afirou que a decisão final sobre a abertura de novas fronteiras exploratórias no Brasil é do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), mas vai passar pelas discussões das metas do Plano Clima.

Petróleo em queda. Pelo terceiro dia consecutivo, os preços do petróleo caíram no mercado internacional, com a expectativa de uma possível elevação dos juros dos EUA.

– Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para julho fechou em queda de 1,39% (US\$ 1,09), a US\$ 77,57 por barril. Na Intercontinental Exchange (ICE), o Brent para julho caiu 1,18% (US\$ 0,98), a US\$ 81,90 por barril.

Cade oficializa fim da venda de ativos da Petrobras. O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) homologou a renegociação dos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) do Refino e do Gás Natural da Petrobras. Com isso, a empresa vai manter a transportadora de gás TBG e as refinarias Repar, Rnest, Regap, Refap e Lubnor.

Fazenda conta com 100% dos dividendos da Petrobras. O governo federal espera a distribuição de todos os dividendos extraordinários da estatal em 2024, afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. A companhia liberou metade dos ganhos até agora.

Governo quer poder limitar dividendos de distribuidoras. A renovação da concessão das distribuidoras de energia elétrica será condicionada a uma série de novas exigências, incluindo a comprovação anual da saúde financeira e a possibilidade de limitar a distribuição de dividendos, afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Guerra afeta indústria de gás russo. A Guerra da Ucrânia derrubou o mercado de gás natural da Rússia, com a Gazprom registrando seu primeiro prejuízo em décadas, de US\$ 6,9 bilhões em 2023, informou a Folha. O Kremlin proibiu a distribuição de dividendos pela empresa. A Europa busca alternativas ao gás russo, e os preços globais caíram, afetando ainda mais a Gazprom.

Diálogos da Transição. Em elaboração pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) – com contribuições individuais das outras pastas que compõem a Esplanada – o Plano Clima deverá direcionar as políticas brasileiras para descarbonização até 2050, inclusive para a indústria de óleo e gás, disse nesta quarta (22/5) a secretária Nacional de Mudança do Clima, Ana Toni. Leia na epbr.

Vast mira descarbonização de navios. A antiga Açú Petróleo iniciará a construção de um terminal de tancagem de combustíveis marítimos e biocombustíveis em junho, no Porto do Açú, com capacidade inicial de 80 mil metros cúbicos, podendo ser expandido até 300 mil. A empresa planeja oferecer biodiesel, etanol e misturas de fósseis e renováveis.

Airbus estuda hubs de hidrogênio em aeroportos. A fabricante de aeronaves está estudando a viabilidade das instalações em cinco grandes aeroportos nos EUA e Canadá, visando lançar o primeiro modelo de aeronave movida a hidrogênio em 2035. A iniciativa inclui parcerias com aeroportos e empresas para desenvolver infraestrutura de abastecimento de hidrogênio e promover a aviação sustentável.

Tragédia climática causou danos de mais de R\$ 1 bilhão da rede gaúcha. As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul causaram dano bilionário na rede elétrica de baixa, média e alta tensão. Foram mais de 40 ativos de alta tensão avariados, informou, nesta quarta-feira (22/5), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/05/2024

CADE OFICIALIZA FIM DA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS

Venda da TBG e cinco refinarias foram retiradas das obrigações da empresa com o órgão de controle da concorrência

Por epbr 22 de maio de 2024 Em Combustíveis, Mercado de gás, Petróleo e gás, Política energética



Fachada do edifício sede da Petrobras (Edise), na avenida Chile, no centro do Rio de Janeiro (Foto: Flávio Emanuel/Agência Petrobras)

RIO – A Petrobras informou, nesta quarta-feira (22/5), que o Conselho de Administração da empresa aprovou a renegociação dos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) do Refino e do Gás Natural, que foram homologados pelo Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) também na data de hoje. ,



Com a decisão, a venda da transportadora de gás TBG sai definitivamente da pauta da empresa, que se comprometeu com salvaguardas adicionais ao processo de eleição de membros independentes ao Conselho de Administração da subsidiária.

“A seleção desses conselheiros, pela Petrobras, será necessariamente assessorada por um headhunter independente, que deverá providenciar uma lista tríplice de candidatos que observem os requisitos de independência estabelecidos no TCC Gás, a partir da qual serão indicados os novos membros do Conselho de Administração da TBG”, diz a empresa, em nota.

O novo acordo prevê que, caso a eleição de qualquer conselheiro independente indicado pela Petrobras tenha descumprido os termos, o Cade poderá aplicar multa à Petrobras (R\$ 150 mil) e determinar a revogação da nomeação desse conselheiro e o reinício do processo.

Também está prevista a independência material (de fato) da Diretoria Comercial da TBG em relação à Petrobras, afastando-a de qualquer influência possível por parte da Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da empresa.

“Para tanto, a Petrobras se compromete a, durante a vigência do TCC Gás, não ceder nenhum funcionário da Petrobras ou de suas subsidiárias integrais para compor quadros da TBG na Diretoria Comercial”, diz a empresa.

O prazo de vigência das obrigações no aditivo ao TCC Gás é dia 4 de março de 2039, mesmo prazo estabelecido na Nova Lei do Gás como limite da desverticalização das transportadoras.

TCC do Refino

O novo TCC do refino prevê que a empresa vai proporcionar ao Cade mecanismos de acompanhamento, em ambiente controlado, de dados relacionados à atuação comercial da Petrobras no mercado de derivados e de petróleo (óleo cru), em território nacional, que permitam a verificação do caráter não discriminatório dos preços praticados pela empresa.

A nota da empresa não deixa claro quais serão os mecanismos de acompanhamento, mas indica que a Petrobras vai divulgar as diretrizes gerais comerciais não discriminatórias para entregas de petróleo por via marítima a qualquer refinaria independente.

Também prevê a oferta de contratos que permitam a negociação ‘carga a carga’ a qualquer refinaria independente para entregas via marítima.

“Esse modelo de contrato estabelece as condições básicas para a negociação, carga a carga, de um volume de petróleo, sendo certo que a obrigação de compra e venda somente será assumida na hipótese de ambas as partes chegarem a um acordo de preço, garantindo o seu alinhamento às condições de mercado vigentes à época da conclusão de cada negócio”, diz a empresa, em nota.

Foram retiradas as obrigações de venda das refinarias Repar, Rnest, Regap, Refap e Lubnor.

A Lubnor chegou a ser vendida, mas a Petrobras rescindiu, em novembro do ano passado, o contrato com a Grepar para a venda da refinaria por falta de cumprimento do acordo de venda.

O prazo de vigência das obrigações no aditivo ao TCC Refino é de três anos, podendo ser prorrogáveis por igual período, a critério do Cade.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 23/05/2024

MME MARCA LEILÕES A-4 E A-6 PARA DEZEMBRO

Leilões vão contratar projetos hídricos, eólica, solar, termelétricos e híbridos
Por repbr 23 de maio de 2024 Em Energia solar, Eólica, Setor elétrico



Complexo híbrido eólico-solar na Espanha deve produzir mais de 58 GWh de eletricidade por ano (Foto: Divulgação)

RIO — O Ministério de Minas e Energia (MME) colocou em consulta pública, nesta quinta-feira (23/5), os editais dos leilões de energia nova A-4 e A-6, previstos para acontecer sequencialmente, em dezembro.

O início do suprimento de energia está previsto para 1º de janeiro de 2028, no A-4, e 1º de janeiro de 2030, para o A-6.

A concorrência atende a Lei de Privatização da Eletrobras, que definiu a contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos hidrelétricos com capacidade de até 50 MW exclusivamente nos leilões de energia nova A-5 e A-6.

O leilão A-4 vai contratar, na modalidade quantidade, com prazo de suprimento de 15 anos, fonte hidrelétrica, considerando Central Geradora Hidrelétrica (CGH), Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Usina Hidrelétrica (UHE) com potência igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts), eólica, solar fotovoltaica e termelétrica, incluindo ampliação de empreendimentos existentes e soluções híbridas.

O leilão A-6 vai contratar, na modalidade por quantidade, com prazo de suprimento de 20 anos, projetos hidrelétricos (CGH; PCH; UHE com potência igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts), além da ampliação de CGH, PCH ou UHE existentes com potência igual ou inferior a 50 MW.

Com prazo de suprimento de 15 anos, serão contratados novos empreendimentos de geração de fonte eólica, solar fotovoltaica e termelétrica, incluindo ampliação de empreendimentos existentes e soluções híbridas.

Não poderão participar dos leilões projetos híbridos com a modificação das características técnicas que resulte na eliminação de uma das tecnologias de geração.

Também não poderão participar dos leilões usinas que foram vencedores de leilões anteriores do ambiente regulado e que estejam em processo de alteração de característica técnicas, não aprovado pela ANEEL, até a data final de cadastramento.

As empresas que se cadastraram no leilão de energia nova A-5, de 2022, para projetos de eólica, solar fotovoltaica, hidrelétrica e termelétrica a biomassa ou a biogás estão liberadas do novo cadastramento.

Veja aqui a portaria em consulta pública

https://antigo.mme.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=eb604216-86ca-2e1a-f394-2b5be1c44e90&groupId=436859

Baixa demanda por energia

Nos últimos anos os leilões de energia nova não têm sido realizados por conta da baixa demanda por energia apresentada pelas distribuidoras. O MME entende que vários fatores impactam negativamente e causam os esvaziamento dos leilões de energia nova.

“O primeiro deles que se pode destacar é o contexto liberalização e abertura no qual o setor elétrico brasileiro está inserido. A abertura de mercado é um movimento que está associado à maior liberdade econômica dos agentes, já que permite a eles escolherem seus fornecedores de energia elétrica. O processo traz maior liberdade de escolha para os consumidores, com a consequente

ampliação da competitividade, ao permitir o acesso a outros fornecedores além da distribuidora”, diz nota técnica que está embasando a consulta pública.

Ainda de acordo com o documento do MME, o mercado livre vem se consolidando como motor da expansão do setor elétrico. As usinas que não possuem contratos no ambiente regulado são responsáveis por 67% do parque em construção, sendo que o total em construção é de 15.435 MW em abril de 2024.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/05/2024

STATKRAFT TRANSFORMA PARQUE EÓLICO EM HÍBRIDO COM BATERIAS E MIRA LEILÃO DE POTÊNCIA

As obras começam em junho em Morro do Cruzeiro e no mês seguinte em Ventos de Santa Eugênia, ambos no interior da Bahia

Por Gabriela Ruddy 23 de maio de 2024 Em Empresas, Energia solar, Eólica, Setor elétrico



Statkraft vai transformar parques eólicos no interior da Bahia em híbridos (Foto: Bjørn Iuell/Statkraft)

RIO — A Statkraft tem intenção de ofertar no leilão de reserva de capacidade o projeto híbrido de geração solar e eólica com armazenamento em baterias do parque que opera no interior da Bahia, confirmou a companhia à agência epbr.

A empresa norueguesa vai transformar os parques eólicos Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro, no sertão baiano, em projetos híbridos, com a implantação de parques

solares no local e a instalação de baterias no mesmo ponto de conexão ao sistema.

As obras começam em junho em Morro do Cruzeiro e no mês seguinte em Ventos de Santa Eugênia, com conclusão em agosto e novembro de 2025. Ao todo, a capacidade de geração solar nos dois projetos vai chegar a 275 megawatts (MW).

O complexo eólico Ventos de Santa Eugênia foi inaugurado em fevereiro. Na ocasião, o CEO global da companhia, Christian Rynning-Tønnesen, já havia afirmado que a intenção é transformar todos os parques eólicos do grupo no Brasil em híbridos.

Inicialmente, o armazenamento no projeto baiano tem como alvo a venda da energia no mercado livre.

“Ele está sendo implementado para ter o aprendizado necessário para poder participar do leilão de reserva de capacidade quando houver esta possibilidade”, explica o especialista de estruturação de projetos em energia renovável na Statkraft, Umberto Bragaglia.

O Ministério de Minas e Energia (MME) ainda não definiu se as baterias vão poder participar do leilão de potência previsto para agosto deste ano. A expectativa é que a inclusão do armazenamento ajude a incentivar a aceleração do mercado local no Brasil.

“As baterias são uma aliada ao sistema elétrico brasileiro pois trazem a flexibilidade necessária para o contínuo aumento da participação de fontes intermitentes na matriz elétrica”, acrescentou Bragaglia.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/05/2024

TOP FIVE DE FONTES RENOVÁVEIS, BRASIL OFERECE OPORTUNIDADES PARA M&A

País se destaca entre emergentes com mercados energéticos estruturados para transição, atraindo investimentos em renováveis, escreve André Fonseca

Por Opinião 23 de maio de 2024 Em Colunas e opinião, Política energética, Setor elétrico, Transição energética



André Fonseca é Managing Director da Thymos Capital (Foto: Divulgação)

O Brasil está entre os top five de países em desenvolvimento em que os mercados de energia estão mais estruturados para realizar a transição energética. O relatório Climate Scope 2023, publicado pela BloombergNEF, destaca que, depois da China, o país, ao lado da Índia e África do Sul, foram os mercados que mais receberam investimento em renováveis em 2022. Isso significa que mais da metade dos US\$ 80 bilhões investidos foi direcionada para economias em desenvolvimento naquele ano.

Esse cenário traz oportunidades e desafios que devem ser disseminados para o mercado. No cenário global da transição energética, há dois principais diferenciais que o mercado brasileiro de energia ostenta.

O primeiro é uma segurança regulatória robusta, que, embora não seja perfeita, tem demonstrado solidez com o passar dos anos, contribuindo para transformar o Brasil em um destino seguro para os investimentos de players internacionais.

Outra condição favorável é o fato de o mercado brasileiro desfrutar de grande escala territorial e econômica. O país é a nona economia mundial e apresenta credenciais para seguir em crescimento.

Essa combinação de fatores nos tornou um alvo estratégico para grandes empresas de energia globais e petroleiras, que buscam terreno sólido para executar suas estratégias de expansão e desenvolvimento de negócios.

A expectativa é que o Brasil continue a despertar o interesse de investidores nacionais e internacionais em três linhas principais.

A primeira delas é a expansão da geração renovável, como parte do movimento global para reduzir as emissões de carbono, criando oportunidades para investimentos e fusões e aquisições.

Em segundo lugar, a necessidade de aumentar a capacidade de transmissão para acompanhar o crescimento da geração eólica e solar também representa uma frente com muito potencial para novos negócios.

Capacidade de geração cresce 1,5 GW em abril com 47 novas usinas no Brasil

Por fim, a mobilização de recursos para atender os requisitos de potência no médio e longo prazo para atender os picos de demanda e suprir a intermitência das fontes renováveis – condição essencial para garantir a segurança energética.

Terreno fértil para fusões e aquisições

A efervescência criada por todo esse movimento proporciona um terreno fértil para operações de fusão e aquisição.

O mercado brasileiro apresenta uma dinâmica robusta, o que tem proporcionado um volume significativo de transações. Na frente energética, as vendas de plataformas de energia têm atraído grandes players internacionais, que buscam condições para um crescimento substancial.

Os geradores que aqui aportam para explorar o mercado de energias renováveis estão assumindo riscos antes inexistentes, demonstrando a maturidade do nosso setor.

Além disso, o mercado de capitais brasileiro tem demonstrado solidez ao financiar projetos com diversos riscos, indicando um nível de maturidade comparável ao de países desenvolvidos.

Como contraponto, fatores conjunturais ainda impõem óbices que podem influenciar negativamente tanto o ritmo das operações de fusões e aquisições quanto os investimentos em projetos greenfield. É o caso do nível elevado dos juros e dos baixos preços da energia elétrica no país.

Em resumo, o cenário energético brasileiro apresenta diversas oportunidades de investimento em um contexto de transição energética global. A manutenção de políticas favoráveis e sustentáveis é crucial para garantir um futuro promissor para o setor de energia no Brasil. Estamos confiantes de que o país continuará a se destacar como um destino atrativo para investimentos no cenário global.

Este artigo expressa exclusivamente a posição do autor e não necessariamente da instituição para a qual trabalha ou está vinculado.

André Fonseca é Managing Director da Thymos Capital. Foi head de Serviços Financeiros Estruturados da Thymos Energia. Possui mestrado em Gestão Empresarial pela FGV e graduação em Administração de Empresas pela PUC-RJ. É especialista em M&A e Project Finance com quase 20 anos de carreira. Tem passagens pela BF Capital, Andrade Gutierrez, SulAmérica, Pacto Energia e AESA Investimentos. André também atua como mentor voluntário no Projeto Gauss.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/05/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO DE SP VAI APRESENTAR PROJETOS DE TRENS DA CAPITAL ATÉ SANTOS E SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Outros planos da administração são dois VLTs com trajeto pelas cidades de Campinas, Hortolândia e Sumaré, com acesso ao Aeroporto de Viracopos

Por Hyndara Freitas — São Paulo



Trem da Linha 7-Rubi da CPTM — Foto: Governo de São Paulo

O governo de São Paulo discutirá na tarde desta quinta-feira quatro novos projetos de mobilidade urbana durante a reunião do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado (PPI). Durante a reunião, deve ser aprovada a contratação de estudos para dois novos Trens Intercidades (TIC), um ligando a capital até São José dos Campos, e o outro até Santos, no litoral.

Além disso, também devem ser liberados os estudos para dois novos VLTs (veículo leve sobre trilho) no interior do estado. Um deles é o VLT Campinas-Hortolândia-Sumaré, que dará acesso ao Aeroporto Viracopos. Atualmente, só é possível chegar até o local de carro ou de ônibus.

O outro VLT ligará Sorocaba até Iperó, município vizinho. Esta reunião é a primeira etapa dos projetos, que dependem de autorização para contratação dos estudos. Depois disso, o próximo passo é a contratação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que deve ser feito nos próximos meses.

O primeiro projeto de Trem Intercidades de São Paulo é o que ligará Campinas até a capital. O modal foi licitado em fevereiro, e quem levou a concessão foi o consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos, que é formado pela Comporte Participações junto com a chinesa CRRC Sifang.

O governo estima que a operação comece em 2031. Outro projeto que já está com os estudos em andamento é o TIC Sorocaba.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/05/2024

PETROBRAS: A MANOBRA QUE GARANTIU UM BÔNUS POLPUDO A PRATES MESMO APÓS DEIXAR A EMPRESA

Mandato de dirigente da companhia ia até 2026, mas desgaste por dividendos e fritura no Planalto anteciparam saída

Por Malu Gaspar e Johanns Eller

O ex-presidente da Petrobras Jean Paul Prates manterá o bônus previsto para a remuneração de dirigentes da companhia, mesmo tendo deixado a estatal por decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isso graças a uma manobra que envolveu a antecipação do fim de seu mandato ao invés da renúncia ao cargo.



O ex-presidente da Petrobras Jean Paul Prates — Foto: Divulgação/Esfera Brasil

Prates deve garantir um bônus de cerca de R\$ 600 mil pelos cinco meses de trabalho como dirigente da Petrobras em 2024. O bônus anual para o presidente é estimado em R\$ 1,6 milhão.

Em tese, para seguir as regras da companhia e nomear a substituta, Magda Chambriard, sem que fosse necessária uma assembleia de acionistas para eleição de um novo Conselho de

Administração, Prates precisava renunciar ao cargo de conselheiro.

Mas, se renunciasse ao cargo de presidente, ele perderia o bônus, porque o regramento interno da Petrobras prevê que nestes casos membros da alta gestão – incluindo o CEO, diretores executivos, gerentes executivos e gerentes gerais – perdem o direito ao prêmio.

Portanto, a solução foi Prates pedir ao colegiado o "encurtamento" de seu mandato e renunciar ao conselho.

O encerramento antecipado do mandato do agora ex-dirigente, que duraria até 2026, foi confirmado na última quarta-feira (15) pelo Conselho de Administração da Petrobras.

Um comunicado da estatal divulgado ao mercado ainda na noite de quarta-feira, quando revelamos em primeira mão a demissão de Prates, deixa claro que o pedido para que o conselho votasse o encerramento de seu mandato "de forma negociada" partiu do CEO demissionário.

A mesma nota afirma que "se e uma vez aprovado o encerramento indicado, ele [Prates] pretende posteriormente apresentar sua renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração", abrindo caminho para a nova composição.

Procurada pela equipe do blog para esclarecer de que maneira se deu a negociação citada pelo ex-CEO, a assessoria de imprensa da Petrobras se limitou a responder que a antecipação do encerramento do mandato de seus presidentes e diretores é uma das atribuições do Conselho de Administração e está prevista na Lei das Sociedades Anônimas.

“Todo o procedimento adotado no caso está em linha com a legislação e com as normas da Companhia, que não impõem que o encerramento antecipado do mandato do presidente se dê somente por meio de uma renúncia. É importante ressaltar que a prática, observada no caso, já foi adotada em outras mudanças na presidência da companhia”, afirma a nota.

Prates, demitido por Lula em uma reunião na terça-feira da semana passada (14), relatou a aliados ter se sentido “humilhado” ao ser despedido na presença de seus maiores alcoses no governo, os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Rui Costa (Casa Civil).

Em uma mensagem enviada a membros do alto escalão da empresa pouco após ser comunicado da demissão, Prates fez questão de destacar que sua missão à frente da empresa havia sido “precocemente abreviada na presença regozijada” de Silveira e Costa.

A decisão de encurtar o mandato do CEO da Petrobras nem sempre foi adotada no processo de transição na presidência, mesmo considerando a alta rotatividade de dirigentes da empresa na última década.

Jair Bolsonaro demitiu três presidentes da estatal – Roberto Castello Branco, Joaquim Silva e Luna e José Mauro Coelho –, mas o processo ocorreu por meio da permanência do executivo até a eleição do sucessor pelo Conselho de Administração ou por meio de renúncia.

A antecipação do mandato foi adotada mais recentemente pelo último CEO nomeado por Jair Bolsonaro, Caio Paes de Andrade. A pedido do executivo, a Petrobras votou a antecipação do fim de seu mandato dois dias após a posse de Lula alegando “motivos pessoais”.

Três dias depois, Paes de Andrade assumiu a Secretaria de Gestão e Governo Digital do governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/05/2024

GOVERNO FARÁ 20 EXIGÊNCIAS PARA RENOVAR CONCESSÕES DE DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA, COMO QUALIDADE POR BAIRRO

Empresas terão de avaliar desempenho do abastecimento da rede por área, não mais por cidade. E haverá prazo para a luz voltar em caso de falha

Por Manoel Ventura — Brasília

O governo vai exigir uma lista de 20 mudanças às distribuidoras de energia para renovar os contratos de concessão. O decreto a respeito do tema deverá ser publicado nos próximos dias. As concessões são controladas por sete grande grupos (Neoenergia, Enel, CPFL, Equatorial, Energisa, Light e EDP) que respondem por cerca de 60% do segmento de distribuição.



Entre as mudanças está a necessidade de comprovar anualmente a saúde financeira necessária para garantir a operação do serviço com qualidade.

Distribuidoras de energia terão de avaliar desempenho do abastecimento da rede por área, não mais por cidade — Foto: Lucas Lacaz Ruiz/ A13/Ag O Globo

Atualmente, o desempenho das operadoras é feito considerando a média de uma grande área de concessão, como uma cidade, por exemplo. Com as mudanças propostas agora, a análise será feita em bairros e áreas da concessão.

Assim, será possível limitar a distribuição de dividendos, por exemplo, caso índices de qualidade não sejam atingidos.

Os indicadores medem basicamente a duração (DEC) e a frequência (FEC) dos desligamentos. O pano de fundo do novo modelo é o caso dos blecautes registrados pela Enel SP.

Tarifa diferenciada

Numa decisão que deve afetar a Light e a Enel RJ, haverá tarifa diferenciada em áreas de concessão com restrição de acesso em razão de problemas com segurança pública. O modelo ainda está sendo fechado, mas isso pode tirar o peso dos consumidores que moram fora dessas áreas, já que hoje todo o custo é rateado.

O governo vai estabelecer tempo máximo para retorno de operação após eventos climáticos, considerar a “satisfação” dos consumidores, exigir atualização anual do plano de investimentos, extensão de aportes em áreas rurais e obrigatoriedade de digitalização.

Além disso, o índice-base de reajuste dos contratos será trocado do IGP-M para o IPCA. O governo também vai cobrar melhoria do serviço de call center e canal direto com o poder público (como prefeituras), como um telefone próprio para isso.

Também será exigida a reorganização dos recursos de eficiência energética para contemplar iniciativas de modernização e combate à pobreza energética, obrigatoriedade de condições igualitárias entre funcionários e terceirizados e obrigatoriedade de atender a condições de trabalho definidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para cargos de direção, serão exigidos critérios de diversidade. E será necessário garantir a proteção de dados do cliente, além de criar rede de consumidores para dialogar com a empresa e o poder público.

Por fim, será feita nova regra para obrigar a cessão de infraestrutura de postes para terceiros e “preparação” para o consumidor escolher o fornecedor da energia — como no mercado livre, em que o cliente compra diretamente da geradora de energia.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/05/2024

LULA DIZ QUE TENDÊNCIA É VETAR FIM DE ISENÇÃO PARA COMPRAS DE ATÉ US\$ 50 E CHAMA PRODUTOS DE 'BUGIGANGAS'

Presidente afirmou que não tem encontro marcado com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para discutir o texto, mas que está disponível para um eventual encontro
Por Alice Cravo — Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira que a tendência é vetar o projeto que pode impor a volta do Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 por pessoas físicas, o que inclui a taxa de sites estrangeiros como os asiáticos Shein e Shopee, caso seja aprovado pelo Congresso Nacional.



O presidente da Câmara, Arthur Lira, em conversa com Lula — Foto: Cristiano Mariz

— Eu só me pronuncio nos autos do processo (risos). A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar — afirmou no Palácio do Planalto.

O presidente afirmou que não tem encontro marcado com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para discutir o texto, mas que está disponível para um eventual encontro.

O texto ia ser votado nesta quarta-feira pelos deputados, mas foi adiado após um pedido do governo. O pedido era para que o assunto não fosse votado dentro de um projeto de lei que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover).

A isenção vinha desagradando aos varejistas brasileiros, que se queixam de concorrência desequilibrada com importados. A Receita Federal defendeu manter a isenção para compras até esse valor, já que existe hoje o programa Remessa Conforme.

'Como proibir pessoas pobres que querem comprar bugiganga?'

Questionado se aceitaria uma taxaço menor, Lula afirmou que há diversas visões sobre o tema, mas que não pode impedir que "pessoas pobres, meninas e moças" comprem "bugigangas".

— Eu não sei, cada um tem uma visão a respeito do assunto. Veja, quem é que compra essas coisas? São mulheres, jovens, e tem muita bugiganga. Nem sei se essas bugigangas competem com as coisas brasileiras, nem sei — afirmou Lula, completando: — Como você vai proibir as pessoas pobres, meninas e moças que querem comprar uma bugiganga, um negócio de cabelo, sabe?

Lula ainda afirmou que está disposto a conversar e encontrar uma saída que não prejudique parte dos envolvidos no tema em benefício de outros.

— Quando discuti, eu falei com Alckmin: tua mulher compra, minha mulher compra, sua filha compra, todo mundo compra, a filha do Lira compra, todo mundo compra. Então precisamos tentar ver um jeito de não tentar ajudar um prejudicando outro, mas tentar fazer uma coisa uniforme. Estamos dispostos a conversar e a encontrar uma saída.

Lira defendeu fim da isenção

A isenção também era defendida por deputados do PT, mas parte da base do governo, principalmente parlamentares mais próximos ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliavam que a retomada da taxaço era necessária não só para igualar os sites estrangeiros ao varejo nacional, mas também como instrumento de arrecadação.

O projeto não especifica qual será a alíquota do imposto para compras abaixo de US\$ 50. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chegou a defender o trecho da matéria em plenário e negou que fosse um "jabuti".

Em agosto de 2023, entrou em vigor o programa Remessa Conforme, do Ministério da Fazenda, que funciona por adesão. Com ele, o Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 foi zerado — antes, era de 60%.

Isso vale para empresas como Shopee e Shein. Pelo programa, essas empresas devem pagar ICMS (imposto estadual) de 17% sobre compras de qualquer valor. Antes do programa, havia diferentes alíquotas do imposto estadual para essas compras.

Para justificar o fim da isenção do Imposto de Importação, o relator disse que ela pode "gerar desequilíbrio com os produtos fabricados no Brasil, que pagam todos os impostos".

Programa Mover

O Mover prevê, até 2028, que as empresas do setor automobilístico que produzem no Brasil poderão obter créditos financeiros a serem usados para abatimento de quaisquer tributos administrados pela Receita Federal ou até serem ressarcidos em dinheiro.

Para isso, os fabricantes deverão realizar gastos em pesquisa e desenvolvimento ou produção tecnológica no país.

São fixados limites anuais para tais créditos: em 2024, R\$ 3,5 bilhões; em 2025, R\$ 3,8 bilhões; em 2026, R\$ 3,9 bilhões; em 2027, R\$ 4 bilhões; e, em 2028, R\$ 4,1 bilhões.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/05/2024

CÂMARA INSTALA GRUPO QUE IRÁ ELABORAR RELATÓRIO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Depois, tema será analisado pelo plenário da Casa
Por *Victoria Abel* — *Brasília*



Plenário Câmara dos Deputados — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

A Câmara dos Deputados instalou o grupo de trabalho que analisará o primeiro projeto de lei que regulamenta a Reforma Tributária. A proposta já foi entregue pelo governo, é mais ampla, e define a incidência do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), cesta básica, alíquotas reduzidas e imposto seletivo. O GT tem sete membros, definidos pelo presidente Arthur Lira (PP-AL).

Após a análise por esse grupo, o projeto será analisado pelo plenário.

Lira fez a composição do primeiro GT com os maiores partidos da Casa. Cada audiência pública será coordenada por um dos deputados do grupo, por ordem alfabética. A primeira sessão que instalou o grupo foi presidida pelo petista Reginaldo Lopes (MG). Duas audiências estão marcadas para a próxima semana. Na terça, será apresentado o roteiro de trabalho.

Estarão no GT que analisará o primeiro projeto: Claudio Cajado (PP-BA), Reginaldo Lopes (PT-MG), Hildo Rocha (MDB-MA), Joaquim Passarinho (PL-PA), Augusto Coutinho (Republicanos-PE), Moses Rodrigues (União-CE) e Luiz Gastão (PSD-CE).

– Não vai ter um relator ou um subrelatores, vamos compartilhar as decisões de forma uníssona. Se houver discordâncias, vamos exaurir o debate dentro do grupo e facilitar o debate também no plenário. Quem vai assinar o parecer ao final, isso ainda será definido. Pode ser eu, Reginaldo, pode ser todos. Isso tem menor importância – disse Claudio Cajado, que também foi relator do arcabouço fiscal.

O IVA (Imposto sobre Valor Agregado), criado a partir da reforma tributária, unifica cinco impostos sobre consumo existentes hoje: PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI. Após a cobrança no destino, o IVA se separa em CBS, para o governo federal, e IBS, para governos locais.

O segundo projeto de lei complementar vai trazer detalhes da formação do Comitê Gestor e a transição na distribuição da receita para os estados e municípios, além de questões relativas ao contencioso administrativo. Participarão da análise deste texto: Vitor Lippi (PSDB-SP), Pedro Campos (PSB-PE), Mauro Benevides Filho (PDT-CE), Luiz Carlos Haully (Pode-PR), Ivan Valente (Psol-SP), Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Bruno Farias (Avante-MG).

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 23/05/2024

NAVIO CHEGOU AO TELHADO DO ESCRITÓRIO DE UM ESTALEIRO EM TAQUARI (RS), A 20 METROS ACIMA DO NÍVEL DO RIO

Empresário compartilhou relato sobre o esforço de funcionários para salvar a embarcação que estava pronta para ser vendida

Por *Filipe Vidon* — *Rio de Janeiro*

Com a redução do nível da água das enchentes no Rio Grande do Sul, a população gaúcha começa a contabilizar os prejuízos com a tragédia. Em Taquari, um dos municípios mais atingidos pelas

chuvas, um navio de grande porte foi arrastado para o telhado do escritório do estaleiro onde foi construído.



Navio chegou ao telhado do estaleiro — Foto: Reprodução

Imagens divulgadas pela Gaúcha mostram a embarcação bem próxima ao nível do telhado, que fica a aproximadamente 20 metros do chão. Segundo a publicação, o navio estava pronto para ser vendido, mas ainda aguardava uma vistoria final antes de ser atingido pelas enchentes.

— No estaleiro Colorado, em Taquari, estávamos com um navio pronto para entregar antes da enchente, faltavam só as vistorias legais. Veio a enchente, o navio ficou sem energia, ficou sem nada, assim como os guinchos que manobram as embarcações. Nossos heróis trabalharam até 20 horas por dias para tentar segurar o navio com cordas. A água subiu tanto que o navio chegou ao telhado do escritório, 20 metros acima do nível do Rio.

Qual é o número de vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul?

Subiu para 162 o número de mortos pela tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul, de acordo com o último boletim da Defesa Civil gaúcha, publicado na noite desta quarta-feira. Ao todo, há ainda 75 pessoas desaparecidas — sete a menos que o informado no início do dia. Duas pessoas também morreram por consequência das enchentes, vítimas de leptospirose, mas estes casos não são somados à lista oficial.

Ainda de acordo com o informe, 2,3 milhões de gaúchos de 467 municípios já foram afetados até agora pela tragédia climática. Há 581 mil pessoas desalojadas e 68 mil em abrigos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/05/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ARCABOUÇO FISCAL PERDE CREDIBILIDADE E ESTÁ PERTO DE 'TIRO DE MISERICÓRDIA', DIZEM ANALISTAS

Segundo economistas, avanço rápido das despesas obrigatórias, pressões políticas por mais gastos e falta do compromisso do governo com cortes de despesas inviabilizam regra fiscal

Por Eduardo Laguna (Broadcast) e Renata Pedini (Broadcast)

O arcabouço fiscal, que vem perdendo credibilidade desde o seu lançamento, está cada vez mais perto de sofrer, nas palavras de um ex-secretário do Tesouro Nacional, o “tiro de misericórdia”. O risco é apontado já para o ano que vem, quando o avanço rápido das despesas obrigatórias - como pagamento de pessoal ou despesas previdenciárias - exigirá um corte estimado entre R\$ 15 bilhões e R\$ 30 bilhões nos demais gastos de um governo que, na avaliação de especialistas em contas públicas, não deu provas até agora de que está disposto a conviver com restrições orçamentárias.

Dos dois pilares que deveriam sustentar a confiança na regra fiscal, o primeiro, das metas a serem observadas nas contas primárias, ruiu de vez com a mudança, confirmada há um mês, nas metas fiscais dos próximos anos. Para economistas, foi provavelmente a primeira de outras que virão, uma vez que, enquanto o governo promete fechar tanto 2024 quanto 2025 com déficit zero, o mercado entende que o buraco nas contas públicas só vai ser coberto completamente em 2028.

O segundo pilar, referente ao compromisso em obedecer um limite às despesas públicas, ainda se sustenta, embora comprometido por manobras para abrir espaço a mais gastos. Pode, no entanto,

desmoronar se houver uma elevação desse limite ou se forem excluídas despesas dele. É um risco monitorado no mercado pela facilidade, da qual o governo tem aproveitado, com que a lei do arcabouço pode ser alterada.

“Se o coração do arcabouço é o limite de gastos, qualquer alteração dele seria um tiro de misericórdia na regra fiscal. Tanto faz se a mudança for elevar os limites de crescimento da despesa ou excluir mais alguma despesa, qualquer criação artificial de espaço deve ser vista como o fim da regra”, diz o economista da ASA Investments Jeferson Bittencourt, que foi secretário do Tesouro Nacional em 2021.



intolerância a cortes de gastos aumenta conforme as eleições se aproximam, diz Jeferson Bittencourt Foto: Gabriela Biló/Estadão

As despesas públicas estão crescendo a um ritmo de 6% acima da inflação, quando o limite de expansão de gastos no marco fiscal é de 2,5%. Para acomodar no orçamento a escalada das despesas obrigatórias, será preciso que o governo faça cortes nos investimentos e no custeio dos serviços públicos.

As despesas discricionárias (sobre as quais o governo tem poder de decisão) nos próximos dois anos, observa Bittencourt, teriam de cair, respectivamente, para 1,5% e 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), saindo de um percentual, neste ano, de 1,8%. Em tese, é algo possível, já que em 2021 as discricionárias ficaram abaixo de 1,4% do PIB. Porém, a permeabilidade da regra à pressão política antecipou no mercado um debate sobre o fim do arcabouço, algo que só deveria ser considerado em 2027, com a volta dos precatórios ao limite de gastos.

Há dúvidas se o governo aceitará limitar um espaço no orçamento onde estão, por exemplo, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A tendência é de a pressão só aumentar no próximo ano, em especial quando o governo enviar, em abril, as diretrizes do orçamento de 2026, ano de eleições presidenciais. “A intolerância a cortes aumenta conforme as eleições se aproximam”, lembra Bittencourt.

Em entrevista ao Estadão na terça-feira, 21, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, considerou exagerada a preocupação no mercado com os rumos fiscais. “Estamos entregando exatamente o que falamos que íamos entregar e que ninguém acreditava que íamos conseguir”, disse (leia aqui a entrevista).

Fora do teto

O economista da XP Investimentos Tiago Sbardelotto concorda que a credibilidade de todo o arcabouço será reduzida a zero se houver novas alterações. “Uma regra com vida tão curta traria um efeito muito adverso para o mercado em relação à política fiscal.”

Conforme os especialistas em contas públicas, o governo já mostrou não estar disposto a trabalhar com despesas discricionárias mais baixas em alguns momentos. Entre eles, quando houve a antecipação de R\$ 15 bilhões em crédito suplementar, aprovada num “jabuti” do projeto de lei que cria um seguro a vítimas de acidentes de trânsito. Também citam o uso de um fundo de garantia no programa Pé-de-Meia, que oferece incentivo financeiro contra a evasão de estudantes do ensino médio de escolas públicas, para tirar R\$ 6 bilhões do limite de gastos.



O arcabouço vem sendo cumprido com artimanhas, contornos e atalhos, diz Gabriel Leal de Barros Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

“O governo está criando várias deduções do limite de gastos”, diz o economista Gabriel Leal de Barros, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. “O arcabouço vem sendo cumprido com artimanhas, contornos e atalhos. Já deu errado.”

Diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, Solange Srour entende que o governo poderá usar restos a pagar para compensar as despesas que superarem o limite de gastos no ano que vem. “Mas, para fins de credibilidade, isso pouco importa. O fato é que o teto não é mais teto. Há consenso de que a política fiscal vai perder credibilidade ao longo do tempo, seja por mudança da lei, seja pela utilização de mecanismos permitidos, mas que na prática tiram a credibilidade.”

Indexação de gastos e reajuste de servidores

Para os analistas, a indexação de gastos obrigatórios, considerada incompatível com os limites do marco para as contas públicas, estrangula as demais despesas do orçamento e reforça o ceticismo do mercado sobre o futuro do arcabouço fiscal.

A maior pressão contra o limite de gastos vem da vinculação dos benefícios da Previdência ao salário mínimo, que passou a ter reajustes acima da inflação, e dos pisos de saúde e educação à arrecadação, cujos resultados têm surpreendido.

Por ora, a desvinculação dos benefícios previdenciários é uma bandeira levantada dentro do governo apenas pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. Ao mesmo tempo, como contou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista recente ao Estadão/Broadcast (leia aqui), a discussão sobre rever os mínimos constitucionais dos investimentos em saúde e educação “não prosperou”.

Dentro do funcionalismo, reajustes a servidores e a volta dos concursos amarram ainda mais o orçamento, contribuindo, conforme especialistas, para inviabilizar o arcabouço. “A dinâmica de gastos consome muito do espaço fiscal futuro. Não tem como a despesa crescer menos de 2% ao ano com as decisões que foram tomadas”, diz Barros. “O arcabouço é a regra fiscal que deu errado em menor tempo na história do Brasil.”

Para evitar o risco de uma paralisação de serviços públicos, o shutdown, Barros espera que o arcabouço seja flexibilizado de alguma maneira. “Não vai ficar do jeito que está até o fim do mandato de forma alguma”, prevê. Ele classifica como um erro primário, cometido apenas por regras fiscais de primeira geração, a vinculação dos gastos com saúde e educação à arrecadação.

Na avaliação de Solange Srour, foi um erro “muito grande” não alterar as regras de indexação no ano passado, na votação do arcabouço, quando havia um entendimento no Congresso de que o novo marco fiscal precisaria ser crível. “Agora, será praticamente impossível trazer esse ambiente político de volta”, avalia a economista, citando o pouco interesse dos parlamentares em votar às vésperas das eleições municipais temas impopulares, como restrições aos gastos em saúde e educação.



Juros acima de 6% em termos reais tornam insustentável a trajetória da dívida, diz Solange Srour Foto: Ricardo Borges

Fora isso, o foco neste ano está na regulamentação da reforma tributária. Nesse contexto, o economista do Santander Ítalo Franca frisa que o avanço na agenda de revisão da eficiência dos gastos será importante para reduzir a pressão contra o arcabouço nos próximos anos. “Para 2025, vemos uma necessidade de ajustes de despesas de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões, caso a agenda de controle das despesas não avance”, aponta.

Além da dificuldade em segurar nos próximos anos as despesas dentro do limite do arcabouço, analistas veem menor apetite, tanto do governo quanto do Congresso, em aprovar novas medidas de arrecadação, o que dificulta o objetivo de reverter o déficit das contas públicas. Coloca-se, assim, um cenário mais desafiador na dívida, sobretudo porque os juros não vão cair o tanto que se esperava no início do ano.

Para Solange Srour, os juros acima de 6% em termos reais, como é o cenário atual, tornam insustentável a trajetória da dívida. “Ninguém acredita que o crescimento do Brasil vai ser acima de 6%. Isso significa que a dívida vai estar em trajetória insustentável, a menos que sejam feitos superávits primários em uma ordem que não vimos na história do Brasil”, diz.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/05/2024

OPINIÃO - TARCÍSIO FAZ CONTRAPONTO A LULA COM PROPOSTA DE CORTAR GASTOS EM SP E TERÁ MAIOR DESAFIO DA GESTÃO

Governador enfrentará pressões de corporações, da classe política que tem indicados em agências e de setores econômicos beneficiados por incentivos fiscais

Por Ricardo Corrêa

Ao propor estudos para cortes em massa na máquina pública, incluindo a extinção de fundações e agências, redução do número de cargos e despesas com passagens aéreas e aluguéis de veículos, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) se oferece como um contraponto à política adotada no governo Lula. Enquanto o petista defende a recomposição dos gastos na máquina pública com o argumento de que o Estado precisa retomar serviços públicos e ampliar programas sociais, Tarcísio defende que recuperar a capacidade de investimento e destravar a economia depende do enxugamento do tamanho do Estado e de uma maior abertura à iniciativa privada.



Tarcísio busca contraponto a Lula com política mais agressiva de redução dos gastos estatais Foto: WILTON JUNIOR/ESTADÃO

A proposta de Tarcísio, antecipada nesta quarta-feira, 22 pelo Estadão, é embrionária, não foi detalhada suficientemente ainda, mas mostra-se aparentemente ambiciosa. E inclui não apenas os cortes na carne como também a recuperação da arrecadação – aí em linha também com o que se vê no nível federal – com a derrubada de incentivos fiscais oferecidos pelo governo

estadual. Os dois temas tendem a oferecer desafios ao governador. Ele enfrentará o lobby dos setores beneficiados economicamente, a pressão de uma classe política que recheia fundações e, sobretudo, agências metropolitanas, e vai encarar o peso das corporações do funcionalismo. Uma empreitada bem mais complexa do que a privatização da Sabesp, por exemplo, até aqui o maior feito de sua gestão.

Esse tipo de desafio outros políticos à direita ou na centro-direita tentaram enfrentar. Governadores já em segundo mandato sofreram em diferentes graus. Eduardo Leite (PSDB) avançou às custas de muito desgaste com os opositores. No caso do gaúcho, houve cortes profundos, mas incluídos em um cenário de desespero fiscal no qual o Rio Grande do Sul estava inserido bem antes da tragédia climática que se abate sobre a região. Romeu Zema (Novo) não conseguiu sequer avançar na pauta das privatizações, principal bandeira de seu partido. Governou baseado em uma liminar que suspendeu o pagamento da dívida, mas quando se olha o cenário fiscal de Minas Gerais hoje, pouco corte de fato em despesas pode se observar.

Houve também quem, à direita, sabotou seus próprios esforços. Jair Bolsonaro foi eleito com uma promessa do ministro da Economia Paulo Guedes de modernizar a economia brasileira. Mas o presidente passou quatro anos arrumando encrenca e levando a polarização para a pauta ideológica. Ignorava o desafio econômico. Nunca foi um promotor da pauta liberal que abraçou apenas naquela campanha. Saiu do governo marcado não pela modernização, mas pela desastrosa ação na pandemia e pelos rompantes de autoritarismo que culminaram numa investigação por tentar dar um golpe de Estado.

Tarcísio quer passar longe desse tipo de polêmica. Embora dê apoio explícito ao padrinho alvo de inquéritos de todo tipo, alegando que não poderia ser ingrato, busca uma relação mais harmônica com o governo federal e gasta seu tempo defendendo a pauta econômica que o elegeu. Suas polêmicas circundam a pauta da segurança pública, na qual operou ações necessárias contra o crime organizado – e cujo critério de manutenção inclui apoio popular indicado em pesquisas internas – mas, ao mesmo tempo, com indícios de abuso de autoridade. Ainda assim, naturalmente, também em busca de uma contraposição ao governo federal, que tem essa área como a de pior avaliação em sua gestão.

Tarcísio pode até dizer, como tem feito, que não pretende ser candidato em 2026. Como dito aqui neste espaço, ele só toparia concorrer se tivesse clara chance de vitória, o que dependeria ainda de uma piora nos índices de Lula. Se optar por fazê-lo ou se mantiver o interesse em concorrer à reeleição, já terá sua plataforma a oferecer à avaliação do eleitor. E se o debate for travado sobre a pauta econômica e o tamanho do Estado e não sobre as questões ideológicas que movem as redes, já seria um avanço na polarização brasileira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/05/2024

OPINIÃO - CADE FICA A SERVIÇO DO GOVERNO NA PETROBRAS E DEIXA DEFESA DA CONCORRÊNCIA DE LADO

Conselho vem instaurando diversos inquéritos contra a Petrobras desde sempre; concluir as investigações e, principalmente, punir a estatal, são outros quinhentos

Por Lorena Rodrigues (Broadcast)

As ingerências do governo de Luiz Inácio Lula da Silva na Petrobras ocuparam o noticiário nas últimas semanas. Falou-se da briga entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o agora ex-presidente da empresa Jean Paul Prates. De que era de Lula a palavra final sobre distribuir ou não dividendos. Do avanço na influência do ministro da Casa Civil, Rui Costa, com a indicação da nova presidente, Magda Chambriard, trazendo de volta o PT da Bahia e o grupo de José Sérgio Gabrielli, que comandou a petroleira entre 2005 e 2012 e que foi investigado na Lava Jato.

No meio disso tudo, uma decisão importantíssima foi tomada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que aprovou nesta quarta-feira, 22, uma revisão em acordo firmado com a estatal e a desobrigou de vender cinco refinarias e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). Deu o esperado. Como previu a Coluna em dezembro, a Petrobras “de Lula” não teve nenhum problema pra emplacar seus planos no Cade, assim como a “de Bolsonaro” também não tinha. O órgão, que é o guardião da concorrência no Brasil, mais uma vez atendeu aos desejos do governo de plantão e fez exatamente o que quis a Petrobras – ou seu acionista controlador.



Sede do Cade em Brasília Foto: Divulgação/Cade

Em 2019, o governo de plantão era o de Jair Bolsonaro. O ministro da Economia, Paulo Guedes, que tinha a quimera de arrecadar R\$ 1 trilhão com privatizações, queria vender refinarias e outros ativos. Não foi o Cade que propôs, pediu ou determinou à estatal que reduzisse sua participação de mercado em troca de enterrar investigação contra ela. A vontade era do governo, e só coube ao Conselho aceitar.

Foram vendidas três refinarias e mudou-se o governo. Aí, o órgão de defesa da concorrência deixa a competição em segundo plano e, mais uma vez, apenas chancela o desejo governamental. O presidente agora é Lula e ele não quer mais vender nada? Não tem problema. Coloque isso no papel, diga que é um Termo de Compromisso, que o Cade aceita. Acrescenta umas outras obrigações comportamentais, a empresa se compromete à “estrita observância ao direito da concorrência brasileiro” e pronto, tem-se um acordo.

Sem punição

O Cade vem instaurando diversos inquéritos contra a Petrobras desde sempre. O órgão tem especial apreço por iniciar nova investigação em momento de comoção pública. Quando uma pandemia ou uma greve dos caminhoneiros levam os preços dos combustíveis às alturas, pode contar que o presidente ou um conselheiro vai dar entrevista e dizer “estamos abrindo investigação”.

Concluir as investigações e, principalmente, punir a estatal, são outros quinhentos. Como a decisão de ontem, que terminou não só do jeito como a petroleira queria, mas sem nenhuma multa à empresa por não ter feito o que foi acordado há cinco anos.

“Não foi uma surpresa para o mercado a proposta da Petrobras. O que foi uma surpresa é o Cade declarar que não houve descumprimento dos compromissos assumidos. Houve. O cronograma de desinvestimento não foi cumprido”, disse à Coluna o presidente-executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo.

Não na opinião do órgão antitruste, que entendeu que está tudo bem. O Cade, pelo menos no que se refere à Petrobras, se “hay gobierno”, é a favor.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/05/2024

MAGDA JÁ SE REÚNE NA PETROBRAS PARA AVALIAR CENÁRIO, ÀS VÉSPERAS DE ASSUMIR PRESIDÊNCIA

Indicada pelo governo para comandar companhia tem deixado claro que meta de sua gestão é acelerar o Plano Estratégico 2024-2028

Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - Às vésperas de ser empossada na presidência da maior empresa do Brasil, Magda Chambriard tem ido regularmente à sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, onde conversa com a presidente interina, Clarice Coppetti, e outros empregados. A meta, que Magda já deixou clara para os que a encontraram, é acelerar o Plano Estratégico 2024-2028 e entregar o que Brasília está esperando.

Os conflitos vividos desde os primeiros dias pelo presidente anterior, Jean Paul Prates, que brigou para conseguir nomear pessoalmente os diretores, não serão repetidos, na avaliação de fontes próximas ao assunto. A função de nomear conselheiros e diretores é do conselho de administração da empresa, onde o governo é maioria, e Magda deverá respeitar a hierarquia.

Após a posse de Prates, em janeiro de 2023, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, evocou o direito de nomear também os diretores, além dos indicados ao conselho, o que causou a primeira grande briga pública entre os dois, em março, seguida de inúmeras outras que culminaram com a demissão de Prates neste mês.

“Magda é muito centrada no rito, tem feito reuniões, mas não usa a sala da presidência”, informou uma pessoa que acompanha a transição. “Deve sugerir novos nomes para a diretoria, mas quem vai dar a palavra final é o conselho”, explicou.



Mudanças na diretoria são inevitáveis, segundo apurou o Estadão/Broadcast, mas os nomes terão que passar pelo crivo dos conselheiros. Pelas mãos da nova presidente, apenas gerentes executivos podem ser trocados sem a aprovação do órgão máximo da companhia.

Previsão é que Magda seja aprovada como a nova presidente da Petrobras na reunião do conselho de administração nesta sexta-feira, 24 Foto: Wilton Junior/Estadão

Um dos nomes que deve ficar é do diretor de Sustentabilidade e Transição Energética, Maurício Tolmasquim. A dúvida é quem será o substituto de Sergio Caetano Leite, ex-diretor Financeiro e de Relações com os Investidores que tinha um bom acesso com o mercado.

“Teremos uma semana de boas notícias. Ela vai trabalhar para dentro, ao contrário do Jean Paul, que trabalhava para fora”, disse uma pessoa a par das mudanças, referindo-se à série de viagens dentro e fora do País do ex-presidente da estatal e a grande exposição nas redes sociais.

Refino

A decisão tomada na quarta-feira, 23, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de recuar da decisão de obrigar a Petrobras a vender refinarias, vai facilitar as negociações de Magda para a volta da estatal à refinaria baiana, uma das maiores cobranças dos petroleiros e do Planalto.

Outra marca que a executiva deverá deixar logo no início da gestão, segundo avaliação de pessoas de dentro da Petrobras, será a aceleração da implantação do Plano Estratégico 2024-2028, que teve pouca realização no primeiro trimestre. O plano inteiro prevê investimentos de US\$ 102 bilhões, mas, nos primeiros três meses de 2024, foram aplicados US\$ 3 bilhões.

A previsão é que Magda seja aprovada como a nova presidente da Petrobras na reunião do conselho de administração nesta sexta-feira, 24. Na quarta, o Comitê de Pessoas, que funciona como Comitê de Elegibilidade (Celeg), concluiu a análise da indicação de Magda para os cargos de conselheira de administração e de presidente da Petrobras, e considerou a executiva apta para ambos os cargos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/05/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

ANTAQ AUTORIZA GRUPO JBS A ASSUMIR CONTROLE DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA NO PORTO DE ITAJAÍ

Agência autorizou que o conglomerado do setor frigorífico assuma a fatia de 70% do capital social da Mada Araújo Asset & Port Management

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



Movimentação de contêineres no porto de Itajaí — Foto: Divulgação

A diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) deu aval, nessa quarta-feira (22), para que a Seara, do grupo JBS, assuma o controle societário da empresa responsável pela operação, em contrato de arrendamento transitório, no Porto de Itajaí (SC).

Por meio de decisão “ad referendum”, que não demanda reunião deliberativa, o comando do órgão autorizou que o conglomerado do setor frigorífico assuma a fatia de 70% do capital social da Mada Araújo Asset & Port Management. A empresa venceu a licitação no ano passado para operar o terminal de contêineres e carga geral pelo prazo de 24 meses, contados a partir de dezembro de 2023.

De acordo com a Antaq, o pedido de análise da transação societária foi encaminhado pelo Ministério de Portos e Aeroportos no dia 14 de maio. Com a decisão da diretoria, a transferência do controle societário deverá ser concluída em até 180 dias.

O Porto de Itajaí estava na lista de portos organizados, de controle da União, com previsão de ser privatizado. Ocorre que o contrato temporário de arrendamento, vencido em leilão pela Mada Araújo Asset, está relacionado apenas ao arrendamento da área que corresponde a toda a operação logística do porto.

A autoridade portuária — geralmente comparada a um “condomínio” que administra de diferentes terminais — cuida, no caso de Itajaí, apenas da área arrendada à empresa que passará a ser controlada pela JBS.

Atualmente, a Antaq prepara um novo leilão dedicado à concessão da mesma área do Porto de Itajaí, mas, agora, em caráter permanente — não mais um arrendamento transitório. De acordo com as regras propostas, o novo operador deverá investir R\$ 2,8 bilhões, ao longo de nove anos, na expansão do pátio e entre outras ações para aumentar a capacidade do porto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/05/2024

ANAC FECHA AEROPORTO SALGADO FILHO, EM PORTO ALEGRE, POR TEMPO INDETERMINADO

Terminal foi inundado com a catástrofe climática no Rio Grande do Sul; Gol, Latam e Azul anunciaram malha temporária de 28 voos comerciais por semana para a Base de Canoas

Por Cristian Favaro, Valor — São Paulo



Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, alagado — Foto: Fraport

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aplicou medida cautelar que proíbe operações de pouso e decolagem de aeronaves de asa fixa (aviões) no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre (RS). Inicialmente, a suspensão seria mantida até 30 de maio.

A medida, de caráter provisório, é válida por tempo indeterminado e será mantida até que a concessionária Fraport Brasil comprove o restabelecimento das condições para as operações aéreas no local. O aeroporto foi inundado em decorrência da catástrofe climática no Rio Grande do Sul.

Base Aérea de Canoas

A determinação veio por meio da Portaria nº 14.654, de 20 de maio de 2024. As aéreas já estavam impedidas pela Anac de comercializar passagens para o terminal. Na terça-feira (21), Gol, Latam e Azul anunciaram uma malha temporária de 28 voos comerciais por semana para a Base Aérea de Canoas (RS). A medida visa manter a conectividade da região e facilitar o transporte de mantimentos e doações.

Segundo a Anac, a decisão de fechar o aeroporto da capital levou em consideração a impossibilidade de utilização do sistema de pistas e, conseqüentemente, todo o complexo aeroportuário do Salgado Filho, após as enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul. “A situação do Aeroporto de Porto Alegre só poderá ser analisada após a diminuição do volume de água no complexo aeroportuário e da avaliação dos danos ocorridos”, disse.

Recentemente, fontes destacaram à agência Dow Jones que o terminal deveria ficar fechado até setembro. O Aeroporto Internacional Salgado Filho movimentou mais de 7 milhões de passageiros no ano passado.

Enquanto o terminal da capital não é liberado, as companhias aéreas do país começaram a se organizar para operar voos comerciais na Base de Canoas. O embarque vai ser feito em shopping da

região, e os passageiros vão ser levados de ônibus ao terminal. A autorização para voos comerciais em Canoas veio da movimentação do Ministério de Portos e Aeroportos e da Anac.

Atendimento às vítimas das chuvas

Segundo as aéreas, a operação é fundamental para viabilizar o atendimento às vítimas das chuvas. Com voos comerciais, as cargas podem ser transportadas na barriga dos aviões de passageiros, o que reduz a necessidade dos voos cargueiros, que são mais caros.

A Fraport Brasil, concessionária do terminal de Porto Alegre, foi designada como responsável pela operação comercial em Canoas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/05/2024

RECONSTRUÇÃO DO RS PREVÊ CONCESSÃO DE ESCOLA E RODOVIA

Diagnóstico de danos do desastre deve ficar pronto em 30 dias; fonte vê prazo de 24 meses para reparar danos físicos

Por Taís Hirata — De São Paulo



Pedro Capeluppi, secretário de Reconstrução Gaúcha, diz que equipe vai buscar diferentes fontes de recursos — Foto: Maurício Tonetto/Palácio Piratini

O governo do Rio Grande do Sul planeja usar concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) como parte da reconstrução de escolas, hospitais e rodovias, segundo Pedro Capeluppi, que assumiu a secretaria de Reconstrução Gaúcha.

A equipe ainda está em fase de diagnóstico do estrago provocado pelas enchentes, e não tem previsão nem do valor nem do prazo necessários à reconstrução - esse balanço deverá ficar pronto em cerca de um mês.

Para especialistas, as estimativas variam. Uma fonte que acompanha o processo de perto avalia que em 24 meses será possível recuperar os danos físicos provocados pelas enchentes, cuja projeção inicial fica entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões. Já outros analistas veem perspectiva de décadas, com base na experiência do furacão Katrina, em Nova Orleans, nos EUA.

Na avaliação da fonte, as prioridades de reconstrução, dos primeiros seis meses, terão de ser escolas, hospitais, unidades de habitação e edifícios públicos necessários para o funcionamento urbano. A partir daí, deverá começar a recomposição de outros edifícios, ruas danificadas, e depois rodovias, pontes e obras mais amplas de infraestrutura.

Capeluppi destaca que a priorização deverá ficar mais clara apenas com o diagnóstico da crise, e diz que os projetos de concessões de escolas, hospitais e de rodovias, que vinham sendo estudados, ganharam ainda mais importância diante do desastre.

“Os projetos continuam. É claro que vamos ter que avaliar o impacto. Por exemplo, entre os blocos de rodovias, temos um que passa pelo Vale do Taquari [região impactada pelas enchentes]. Na PPP de escolas, estamos terminando o mapeamento dos danos para ver se alguma teve danos graves. Estávamos com a PPP pronta para lançar consulta pública. Vamos avaliar.”

A equipe não cancelou nem o leilão de dois aeroportos regionais, de Passo Fundo e Santo Ângelo, marcado para 20 de junho, com recebimento de propostas no dia 13 do próximo mês. “Espero não ter que rever [o projeto]. Hoje ficou até mais clara a importância desses aeroportos regionais. A malha aérea emergencial hoje conta com a capacidade desses outros aeroportos para receber voos.”

*“Os projetos já eram importantes, agora se tornaram ainda mais”
— Pedro Capeluppi*

Ao ser questionado se haveria interesse do setor privado nas concessões, dada a crise que vive o Estado, o secretário reconheceu que o cenário traz um desafio. “É claro que existe uma percepção de risco maior, mas temos que trabalhar os projetos para que estejam adequados ao risco.”

Na avaliação de Eric Brasil, diretor da LCA Consultoria, é viável fazer novas concessões no Estado, mas a dificuldade é grande, principalmente no caso de PPPs, que demandam desembolsos do Estado, e de projetos em setores menos tradicionais. “Projetos de infraestrutura social, como escolas, hospitais, parques, devem ter dificuldade. É algo que estamos amadurecendo no Brasil. E há o desafio fiscal, dado que PPPs dependem de participação do setor público”, disse. Em relação aos aeroportos, ele também avalia que os interessados terão que rever seus modelos, considerando a crise econômica que o Estado deve enfrentar.

O investimento privado, porém, será apenas uma parcela do esforço de reconstrução, que demandará recursos do Estado, da União, de emendas parlamentares, de bancos multilaterais, e eventualmente de fundos internacionais, entre outros, afirma Capeluppi. “Nós vamos fazer um mapeamento de todas as fontes de recurso disponíveis.”

O plano anunciado pelo Estado divide a reconstrução em três fases: ações imediatas, já em curso; atividades de médio prazo, para recomposição das atividades econômicas, da infraestrutura e da habitação; e plano de longo prazo, que terá grandes projetos - o que pode incluir, por exemplo, a construção de novos bairros, deslocamento de cidades, obras de contenção de cheias, diz ele. O plano é elaborado em parceria com a consultoria A&M (Alvarez & Marsal), que ofereceu o serviço de forma gratuita neste momento.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 23/05/2024*



AGÊNCIA BRASIL - DF

PREFEITURAS PEDEM APOIO DO GOVERNO FEDERAL PARA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA

Uma das demandas é o refinanciamento das dívidas previdenciárias
Por Fabíola Sinimbu - Repórter da Agência Brasil - Brasília

No encerramento da 25ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, nesta quinta-feira (23), os gestores das cidades apresentaram uma agenda de prioridades ao ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha. Entre as demandas está a busca pelo apoio do governo federal sobre o refinanciamento das dívidas previdenciárias, um novo modelo para pagamento de precatórios e a extensão da reforma da previdência para os municípios.

Ao receber a carta, Padilha afirmou que o governo já tem trabalhado em uma agenda alinhada com os municípios e apontou como exemplo a compensação do Fundo de Participação dos Municípios, em 2023, e a manutenção até o fim do ano da desoneração da folha de pagamento dos municípios, com a redução de 20% para 8% da contribuição municipal no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). “Os municípios têm uma agenda que é legítima, e o governo federal tem uma agenda que também é legítima, mas nada impede que a gente construa uma agenda compartilhada”, destacou.

O ministro reiterou os compromissos assumidos e debatidos na construção de uma proposta para a reoneração que não impacte de forma negativa os municípios e que seja sustentável para a Previdência. E no mesmo projeto de lei também tratar da dívida dos municípios, revendo o indexador

para que deixe de ser a Selic e definindo teto para comprometimento da receita corrente líquida, com a ampliação do prazo de quitação por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, reforçou a necessidade de não apenas socorrer aos municípios que participam do RGPS, mas também de outros 2,1 mil municípios com regimes próprios previdenciários e que somam quase 3 milhões de servidores em suas folhas. “Esses municípios estão sangrando dinheiro da saúde e da educação”, enfatizou.

Sobre as dívidas dos municípios reconhecidas pela Justiça, os chamados precatórios, Padilha informou que o governo acorda com a Proposta de Emenda à Constituição 66/2023, que tramita no Congresso. “Nós concordamos com a escadinha proposta na emenda do senador Alessandro Vieira em relação ao comprometimento máximo da receita corrente líquida para o pagamento dos precatórios, que foi proposta apresentada pela CNM”, disse o ministro.

Padilha também reforçou que o decreto do Regime Simplificado para contratos e convênios de até R\$ 1,5 milhão, assinado por Lula na abertura da Marcha, vai facilitar 80% dos repasses da união para os municípios.

Os Projetos de lei que tratam da securitização das dívidas permitindo a terceirização de cobrança e da mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal para que serviços terceirizados não entrem na conta do teto máximo de comprometimento da folha de pagamento também têm o apoio do governo, afirmou o ministro.

Padilha encerrou a participação na marcha dos prefeitos reafirmando que o governo vai trabalhar com os municípios para que a reforma da previdência também beneficie as cidades.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 23/05/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CENÁRIO HÍDRICO ADOTADO PELO MPOR REFORÇA NECESSIDADE DE DRAGAGENS EM TRECHOS CRÍTICOS

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 22/05/2024 - 21:08



Foto Agência Brasil

Ministério de Portos e Aeroportos avalia que governo tem papel de executor de obras estratégicas para evitar ‘desastre logístico’, em caso de nova estiagem no norte do país

O secretário nacional de hidrovias e navegação (SNHN), Dino Batista, afirmou que a atividade de navegação interior no país enfrenta problemas distintos que, muitas vezes, precisam do papel do Estado como executor de obras estratégicas, sobretudo no caso de dragagens. A pasta trabalha com a visão de que cada problema precisa ser atacado de forma específica e que, mesmo com as futuras concessões hidroviárias, as obras públicas continuarão a ser necessárias.

Além do desastre causado pelas enchentes no Rio Grande do Sul, a secretaria recém-criada tem na agenda o enfrentamento de potenciais problemas relacionados às mudanças climáticas, entre os quais a estiagem no Rio Paraguai, que foi reconhecida pela Agência Nacional de Águas (ANA), assim como uma possível nova dificuldade de navegação no Amazonas e no Madeira.

Batista ponderou que, apesar de não serem eventos comparáveis à situação enfrentada no sul, a repetição de uma estiagem severa como a vivenciada no último trimestre de 2023 no norte do país pode produzir um verdadeiro 'desastre logístico'. Ele acrescentou que o planejamento não conta com a possibilidade de o fenômeno climático La Niña, eventualmente, trazer chuva além da média.

O secretário destacou que a dragagem do Rio Madeira já está contratada, o que deixa o corredor numa posição um pouco mais confortável quanto à execução do serviço necessário para que a navegação aconteça. No Amazonas, o governo olha para quatro trechos principais: Manaus-Itacoatiara, subdividido nas regiões do Tabocal e da Foz do Madeira, além de outros como Codajás-Coari, onde existe um fluxo importante de combustíveis, além de trechos vitais para o transporte de passageiros ligando localidades de Benjamin Constant com Tabatinga e São Paulo de Olivença.

"Trabalhamos com a necessidade do governo fazer as obras necessárias para garantir a navegação nesses trechos", na última semana, durante o evento Centro-Oeste Export, em Goiânia (GO). Segundo o secretário, o cenário hídrico utilizado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) é que o quadro será parecido ao vivenciado no ano passado, o que reforça a necessidade das dragagens, que vêm sendo conduzidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

"Todos esses trechos estão sendo trabalhados de maneira prioritária pelo governo federal para podermos continuar com navegação, mesmo tendo uma estiagem semelhante ao que tivemos ano passado", garantiu Batista.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2024

APÓS 'FOCO TOTAL' NO RS, SECRETARIA DE HIDROVIAS RETOMARÁ CONCESSÕES

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 22/05/2024 - 19:43



Arquivo/Divulgação

Consulta pública da Hidrovia do Madeira deve ser aberta até começo de junho. Dino Batista prometeu números positivos, que vão agradar diferentes players do setor logístico

Após um período de 'foco total' nas ações emergenciais para recuperar a logística do Rio Grande do Sul, a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN) vai voltar as atenções para os processos de concessão hidroviária. O

secretário da pasta, Dino Batista, disse que o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), nas últimas semanas, precisou viabilizar emergencialmente a logística para dar apoio às doações de todo o Brasil destinadas ao estado, atingido por enchentes entre o final de abril e as primeiras semanas de maio.

"Nos preparamos para dar o apoio necessário à recuperação dos terminais fluviais, estaleiros e armadores. Várias embarcações foram a pique nos eventos. Temos que dar apoio, senão a navegação interior no Rio Grande do Sul vai morrer, e não queremos que isso aconteça", declarou Batista, na última semana, durante o evento Centro-Oeste Export.

O secretário nacional de hidrovias e navegação acredita que, dentro de 15 dias, haverá condições de mensurar melhor quais foram os impactos e quais serão as atividades necessárias para recuperar a infraestrutura no estado. A expectativa, segundo Batista, é poder fazer, na sequência, as primeiras entregas relacionadas à parte hidroviária, dando atenção especial à concessão da Hidrovia do Madeira.

A expectativa é, até o começo de junho, abrir a consulta pública com a disponibilização dos números e estudos desta primeira concessão hidroviária. Batista considera que as concessões são o carro-chefe da secretaria e que será fundamental trazer a iniciativa privada para apoiar as atividades



hidroviárias. "Estamos chegando em números positivos, que vão agradar a todos que trabalham com logística", prometeu Batista.

O secretário ressaltou que as discussões sobre modelagem e contrapartidas precisam trazer maior eficiência operacional e não devem onerar a atividade. "O que armadores terão que pagar para usar a concessão, será mais do que pago pela maior eficiência. Sabemos que, ao fazer esse tipo de projeto, vamos aumentar a utilização de embarcações, melhorar o giro de ativos e aumentar a eficiência das hidrovias", projetou.

A SNHN espera que o lançamento da consulta pública e a divulgação dos estudos esclareçam as dúvidas de alguns players que, previamente, se manifestaram contrários aos projetos porque entendem que não terão interesses atingidos ou por desconhecimento. "Pretendemos colocar o projeto em consulta pública e iniciar o processo de comunicação social com a publicação do estudo, não somente o Madeira (...). Nosso papel é fazer eles debaterem em cima de números, não só de conceitos abstratos", enfatizou.

Batista frisou que a agenda de trabalho da SNHN está preparada e seguirá temas que já vinham sendo tratados pelas equipes do departamento de navegação do MPor. Ele citou que, além do Madeira, estão em curso os estudos da Hidrovia do Paraguai, que estão prontos e aguardam entrega formal. Outra frente é a ligação da Lagoa-Mirim com a Lagoa dos Patos, que ainda depende das análises do projeto, após o evento que impactou gravemente o Rio Grande do Sul.

O secretário também mencionou que a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) entregou um estudo relacionado à Barra Norte, que aborda, entre outros aspectos, a eficiência logística no transporte marítimo quando a região ampliar o calado dos atuais 11,70 metros para 12,5m.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/05/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 23/05/2024